

Universidade Federal do Pará
Instituto de Educação Matemática e Científica
Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas

DÉRCIO PENA DUARTE

**BASES PARA O ESPÍRITO: FERREIRA PENNA, CIÊNCIA E
EDUCAÇÃO NA PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ (1866 – 1891)**

Belém
Março de 2010

Universidade Federal do Pará
Instituto de Educação Matemática e Científica
Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas

DÉRCIO PENA DUARTE

**BASES PARA O ESPÍRITO: FERREIRA PENNA, CIÊNCIA E
EDUCAÇÃO NA PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ (1866 – 1891)**

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO na Área de Concentração: Educação em Ciências, à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. *Silvia Nogueira Chaves*.

Belém
Março de 2010

Dados Internacionais de Catalogação (CIP)

Duarte, Dércio Pena

Bases para o espírito: Ferreira Penna, ciência e educação na Província do Grão-Pará (1866 – 1891) / Dércio Pena Duarte; orientadora Silvia Nogueira Chaves. Belém, 2010.

60 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Educação Matemática e Científica, 2010.

1. Educação e Estado. 2. Educação – Finalidades e Objetivos. 3. Educação – História. I. Título.

Universidade Federal do Pará
Instituto de Educação Matemática e Científica
Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas

DÉRCIO PENA DUARTE

**BASES PARA O ESPÍRITO: FERREIRA PENNA, CIÊNCIA E
EDUCAÇÃO NA PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ (1866 – 1891)**

Profª. Drª. Sílvia Nogueira Chaves
Presidente da Banca

Prof. Dr. José Jerônimo de Alencar Alves
Membro Interno – NPADC/UFPA

Profª. Drª. Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França
Membro Externo – PPGE/UEPA

Profª. Drª. Heloisa Maria Bertol Domingues
Membro Externo – MAST/MCT

Belém
Março de 2010

A meu avô, Raimundo Reineck Vasconcelos Pena (*in memoriam*), fonte e exemplo de bondade e justiça, dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho, longe de ser um fazer individual, contou com diversas colaborações, diretas ou indiretas. Como a memória é um tanto ingrata, desculpo-me antecipadamente se alguém não foi merecidamente contemplado nesta lista.

Primeiramente, agradeço ao Instituto de Educação Matemática e Científica (IEMCI), que através de seu programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, me concedeu a formação necessária para fazer jus ao título de mestre em Educação em Ciências.

Também agradeço ao Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) pela bolsa com a qual fui agraciado na maior parte do período do curso de mestrado.

Agradeço à Prof^a. Dr^a. Silvia Chaves por todos os acordos e desacordos que culminaram nesta dissertação e pela participação devotada em assumir este trabalho como seu também.

Ao Prof. Dr. Jerônimo Alves, pela imprescindível orientação complementar ao trabalho na área de história da ciência, além das valiosas contribuições no exame de qualificação e defesa da dissertação.

À Prof^a. Dr^a. Socorro França e à Prof^a. Dr^a. Heloisa Domingues, pela disponibilidade em contribuir com excelência para melhorias do trabalho no exame de qualificação e defesa da dissertação.

Aos funcionários do Setor de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna, do Arquivo Público do Estado do Pará, da Biblioteca Domingos Soares Ferreira Penna e Arquivo Guilherme de La Penha (Museu Paraense Emílio Goeldi), da Coleção Amazônia da Biblioteca Prof. Clodoaldo Beckmann (Universidade Federal do Pará) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro), pela atenção e ajuda necessária para a localização de fontes essenciais para este trabalho.

Aos Profs. Drs. Osvaldo Rodrigues da Cunha, Nelson Rodrigues Sanjad, Ana Maria de Alencar Alves e Luis Carlos Bassalo Crispino, pelos trabalhos riquíssimos e detalhados que serviram de base para minha investigação sobre os períodos iniciais do atual Museu Paraense Emílio Goeldi.

Aos colegas de turma de mestrado, não somente os amigos de sala de aula (especialmente Diego Ramon Machado, Jônatas Barros, Marco Antônio Alves, Marcello Casanova e Dênio Marinho), como os amigos de outras turmas, em momentos de estudo e descontração.

Ao Clube de Ciências da UFPA, seus colaboradores e estudantes, pela experiência docente e de vida fundamental para minha formação, com destaque para Jesus Cardoso Brabo e Cristhian Corrêa da Paixão, por sua incansável dedicação ao projeto e forte amizade.

Aos diretores, funcionários, colegas de profissão e estudantes das escolas estaduais Consuelo Coelho e Souza (Ananindeua) e Marta da Conceição (Ilha de Cotijuba), por compreenderem minhas ausências em determinados momentos, apoiarem meu processo formativo e me proporcionarem ambientes propícios ao que acredito ser uma educação de qualidade.

Aos meus amigos de vários momentos da vida, alguns dos quais se confundem com minha trajetória profissional.

A meus familiares, pelo apoio, amizade e por sempre terem acreditado em meu sucesso.

Aos meus pais, Dércio e Socorro, pela formação moral, afeto, amor e dedicação, que me motivam até hoje a seguir adiante apesar das dificuldades.

À Michelle, pelo amor, companheirismo e apoio incondicional nestes últimos anos, superando comigo todas as dificuldades e me fazendo sentir cada vez mais feliz.

E, acima de tudo, a Deus, que não consigo definir como Alguém ou Algo, mas que tem se feito presente em todos os momentos de minha trajetória neste mundo, mesmo que eu não O perceba sempre.

Como é sabido, não há progresso nem civilização, nem religião verdadeira, nem espírito público onde ao povo falta a instrução que é a base sobre que se apóiam todos os sentimentos nobres do espírito humano.

Domingos Soares Ferreira Penna, 1869.

SUMÁRIO

RESUMO	5
ABSTRACT	6
ALGUNS CORTES (AUTO) BIOGRÁFICOS: ELABORANDO UMA QUESTÃO DE PESQUISA	7
SEGUINDO VESTÍGIOS: ASPECTOS METODOLÓGICOS	11
HISTORIOGRAFIA DAS CIÊNCIAS NO BRASIL	16
A INSTRUÇÃO PÚBLICA NA PAUTA DA PROVÍNCIA	19
UM “GRANDE SABEDOR DAS COISAS DA TERRA”: DOMINGOS SOARES FERREIRA PENNA (1818 – 1888)	24
EDUCAÇÃO E CIÊNCIA: MOVIMENTOS DE ILUMINAÇÃO E CIVILIZAÇÃO	33
PENSAMENTOS E IDÉIAS ATRAVESSANDO FRONTEIRAS TEMPORAIS	39
BIBLIOGRAFIA	42
ANEXOS	49

RESUMO

As contribuições de Domingos Soares Ferreira Penna (1818-1888) à ciência realizada na província do Grão-Pará na segunda metade do século XIX são continuamente referidas em trabalhos sobre a fundação do Museu Paraense de História Natural e Etnografia em 1866, uma vez que o político mineiro fora seu idealizador e primeiro diretor. Contudo, a participação de Ferreira Penna na sociedade paraense da época se estendeu à instrução pública, tema de urgência no discurso das autoridades provinciais. É no sentido de se buscar a consonância deste personagem com as discussões de seu tempo sobre ciência e educação que este trabalho se desenvolve. Buscamos escritos da autoria de Penna, em especial as páginas dedicadas à instrução pública, além de discursos governamentais e pensamentos de outros autores sobre o tema. Partimos de um personagem singular por acreditarmos que pode ser procedimento inicial para compreendermos o contexto social no qual se insere. Seus textos foram analisados com base em elementos da análise de conteúdo, que nos permitiram organizar palavras e expressões em Unidades de Contexto e selecionar quais seriam mais apropriadas para a análise das fontes. A análise nos conduziu à idéia de que, para Ferreira Penna, a instrução teria como uma de suas prioridades a iluminação intelectual dos indivíduos como um todo, em especial os das camadas populares. Esta necessidade acompanhava a proposta da consolidação de uma identidade nacional, cuja inexistência era sentida por políticos e intelectuais. Ainda nesse projeto, o conhecimento dos recursos naturais através das ciências da natureza seria indispensável à luz da inteligência que se buscava inculcar nos jovens através da instrução. Neste ponto, ciência e educação se convergem, por serem investimentos utilitários para um propósito mais amplo. O pensamento de Penna se adere ao de vários pensadores da época, em especial no que diz respeito à liberdade de ensino e a uma possível defesa do regime republicano em detrimento do regime monárquico, findo em 1889. Apesar das idéias parecerem adiantadas para sua época, o conservadorismo do pensamento de Ferreira Penna em alguns pontos nos ajuda a compreender a dimensão na qual mudanças para a instrução eram pensadas, de modo que não comprometessem a organização social vigente.

Palavras-chave: Domingos Soares Ferreira Penna; Museu Paraense de História Natural e Etnografia; final do Império; instrução pública; iluminismo.

ABSTRACT

Some Domingos Soares Ferreira Penna's (1818-1888) contributions to science realized in Grão-Pará province at second half of nineteenth century are often referred on issues about the foundation of Museu Paraense de História Natural e Etnografia, because the politician born in Minas Gerais was its idealizer and first director. However, the participation of Ferreira Penna at Grão-Pará's mid-nineteenth society extended to public instruction, urgent theme at provincial authorities' discourse. This article develops itself at search to an accord between Penna and educational and scientific discussions at his time. We found Penna's writings, particularly about public instruction, beyond governmental discourses and other authors' thinking about it. His texts was analyzed based on content analysis, that permitted us to organize words and expressions in context units and select which were more appropriate to fonts analysis. It conduced to idea that, in Ferreira Penna thinking, the instruction prioritized the people intellectual lightning, specially the poorest one. This need joined it to propose above consolidation of a national identity, whose inexistence was noted for politicians and intellectuality. In this project yet, natural recourses knowledge through natural sciences was indispensable to intelligence light of instruction to young people. Here, science and education converge, because both are utilitarian investments to a wide proposal. Penna's thinking join to some authors at his time, particularly about education freedom and a supposal defense of republican regimen in detriment of the monarchic regimen, ended at 1889. In spite of his ideas looks like advanced to his time, Ferreira Penna thinking's austerity in some topics helps to understand the dimension that the changes to instruction were thought, in way that did not compromise the effective social structure.

Keywords: Domingos Soares Ferreira Penna; Museu Paraense de História Natural e Etnografia; monarchic regimen ending; public instruction; Enlightenment.

ALGUNS CORTES (AUTO) BIOGRÁFICOS: ELABORANDO UMA QUESTÃO DE PESQUISA

No que é interessante a trajetória da vida um “ilustrado” do século XIX na ainda província do Grão-Pará, para uma pesquisa? Este trabalho tem por principal objetivo analisar o pensamento educacional e científico de Domingos Soares Ferreira Penna (1818-1888), político, etnógrafo, geógrafo, arqueólogo e professor da província paraense na segunda metade do século XIX, a partir de elementos de sua trajetória de vida. A análise se centra no posicionamento do personagem frente às idéias circulantes a respeito de ciência e educação naquela época e local, no sentido de indicar possíveis contribuições suas a tais discursos.

Entre infinidades de temas, problemas de pesquisa e objetos de estudo, a biografia de Ferreira Penna e suas contribuições ao pensamento científico e educacional paraense ao final do Império no Brasil me chamaram particularmente a atenção por certos aspectos. Aqui, pretendo relacionar estes aspectos com minha própria história de vida e com discussões atuais em história das ciências, para desta forma justificar a escolha do tema de pesquisa e da metodologia adotada.

A princípio, tenho como base uma noção social da história das ciências. Recorro ao pensamento historiográfico que busca compreender a dinâmica das sociedades e sua extensa e complexa rede de relações, em especial no que toca à ciência produzida no contexto que se estuda. Esta visão permite compreender não somente a evolução do pensamento científico de uma época ou os debates intelectuais travados entre praticantes das ciências, mas, antes de tudo, possibilita compreender o contexto social, político, econômico e cultural no qual conhecimentos científicos são gerados. Admito, dessa forma, a relação intrínseca entre ciência e sociedade, em reação a um suposto caráter atemporal e auto-regulado do fazer científico, sustentada por autores de linhas mais tradicionalistas.

Pode-se considerar que os anos entre os séculos XIX e XX foram cruciais para a disseminação de concepções críticas a respeito da ciência, algumas delas presentes nos séculos anteriores, que deram origem a abordagens marcadamente sociais da atividade científica. Fazendo um rápido apanhado das concepções que embasam tais críticas, a ciência é vista como espaço de diversas interpretações possíveis da natureza, no qual não fazem sentido a unicidade metodológica, nem a assepsia do contexto social e cultural dentro do qual se produz. É uma produção coletiva, criativa, com observações dependentes das teorias que as fundamentam, baseada em conhecimentos transitórios e refutáveis, dentre outras características (GIL-PÉREZ *et alli*, 2001). Os adeptos deste pensamento consideram que a história das ciências deve ir além de uma descrição das descobertas e sua

contribuição ao conhecimento acumulado; devem ser buscados nos documentos originais a respeito destas descobertas a estrutura de pensamento vigente e o contexto da época, para que não se caia em uma “pseudo-história da ciência” (MARTINS & BRITO, 2006) ou em uma história simplificada e distorcida, uma “historiografia Whig” (RUSSELL, *apud* MARTINS, 2006).

De acordo com uma visão contextualizada da atividade científica proporcionada por estes autores, é impropriedade tratar a ciência produzida nos países periféricos (não-europeus, em sua maioria ex-colônias européias) como inferior ou mais atrasada em relação aos países centrais. Autores como Saldaña (2000) combatem esta visão eurocêntrica do conhecimento científico, no sentido em que não admitem que os países periféricos tenham sido receptores passivos dos conhecimentos científicos europeus, pois reagem a estes conhecimentos adaptando-os à realidade local ou priorizando conhecimentos autóctones. Com base nesta compreensão, destacar possíveis contribuições da obra de Ferreira Penna à ciência mundial não será uma de minhas prioridades nesta pesquisa, embora as aborde em momento apropriado. Investigo, antes, a relevância de seus trabalhos para a realidade local, a exemplo de seus estudos das condições de navegabilidade dos rios Tocantins e Anapu, importantes rotas de comércio ao sul da província do Grão-Pará¹.

Situando-me nesta pesquisa, hoje entendo que minha investigação se fundamenta em valores diferentes – muitas vezes antagônicos – aos que me levaram à graduação em ciências biológicas. Na época, tinha uma visão da ciência como atividade destinada aos “intelectualmente superiores”, um grupo seletivo do qual eu queria fazer parte. Essa idéia, ainda forte no “senso comum”, vinha para mim por vários meios: televisão, jornais, revistas e mesmo da escola. O cientista para mim seria o salvador do mundo, e eu queria ser reconhecido por isso.

O caráter social, cultural, complexo – de outra forma, humano – da ciência foi uma compreensão adquirida por meio de pequenas rupturas em minha trajetória acadêmica. O confronto com a realidade laboratorial e leituras na área de educação em ciências permitiram que eu optasse por outra forma de ver e compreender a atividade científica. Juntamente com uma experiência rica e proveitosa de prática docente no Clube de Ciências da UFPA², tive a oportunidade de conhecer vertentes teóricas na educação em Ciências que

¹ Maiores detalhes a este respeito no capítulo *Um “grande sabedor das coisas da terra”*: Domingos Soares Ferreira Penna (1818-1888), a partir da página 19.

² Programa de extensão vinculado ao Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação Matemática e Científica (NPADC/UFPA), que se volta para dois tipos de clientela: estudantes de ensino fundamental e médio de escolas da região metropolitana de Belém e estudantes de graduação em cursos de licenciatura e Pedagogia de diversas instituições. Para os estudantes do ensino básico, são propostas atividades voltadas para o aprendizado de ciências e matemática, como um processo de iniciação científica. Para os licenciandos,

propõem que os professores possam problematizar essa visão idealizada, visto que muitas vezes ele próprio traz tais visões consigo. Idéias que remetem à impessoalidade, neutralidade e a-historicidade do trabalho científico acabam por constituir a forma dos professores lidarem com sua prática docente (GIL-PÉREZ *et alii*, 2001).

Através das leituras em educação, cheguei à história e à filosofia da ciência, inicialmente como ferramentas metodológicas, meras estratégias pedagógicas para o ensino de ciências; posteriormente, as pude perceber como vastos campos de pesquisa. Dentro do mestrado em educação em Ciências, tive contato com novos pressupostos teóricos, alguns dos quais indicados ao início do capítulo, que faço uso para (re)biografar Domingos Soares Ferreira Penna. A escolha pelo cientista autodidata se deve tanto a sua atuação científica em História Natural, Etnografia, Geografia e Arqueologia da região amazônica, quanto ser reconhecido como idealizador e fundador do Museu Paraense de História Natural e Etnografia em 1866. A partir de sua trajetória de vida, pretendo encontrar elementos que me auxiliem a estabelecer relações entre o pensamento científico e o pensamento educacional em sua época.

Dentro do meu propósito de buscar relações entre ciência e educação na segunda metade do século XIX a partir da trajetória de vida de Ferreira Penna, faço dois grandes cortes temporais, para delimitar o período no qual concentrarei minha análise. Parto de 1866, ano da criação do Museu Paraense de História Natural e Etnografia a partir da Associação Filomática, que tinha Penna como presidente. Embora faça uso de documentos anteriores a este marco, optei por este ano por considerar um marco inicial da participação do personagem principal desta pesquisa na questão da instrução no Grão-Pará, o que pode ser visto nos estatutos da Associação, nos quais aparece um artigo que define o Museu como instituição para instrução popular. Encerro a análise no ano de 1891, três anos após a morte de Ferreira Penna, quando é reinaugurado o Museu Paraense, fechado em 1888 pela carência de recursos. O Museu passaria a seguir uma política administrativa mais condizente com o regime republicano incipiente no Brasil, bem como estaria imerso nas mudanças que se processariam na instrução pública paraense como um todo, orientadas pela mudança de regime político.

Organizo este trabalho em outros capítulos, nos quais trago elementos que me permitam responder meu problema de pesquisa.

O próximo capítulo traz tópicos que considero relevantes para elucidar os passos seguidos nesta pesquisa. Neste sentido, explico mais detidamente os documentos analisados como fontes e os aspectos metodológicos que orientaram a investigação biográfica.

O capítulo posterior discute alguns aspectos dos estudos em história das ciências no Brasil, a partir de alguns de seus principais autores, dos pioneiros aos mais atuais, de modo a estabelecer relações de tal bibliografia especializada com os objetivos e conclusões desta investigação.

Em seguida, produzo um capítulo dedicado ao pensamento educacional no Pará do século XIX, no qual busco contextualizar as visões sobre a instrução pública apresentadas pelos presidentes de província, políticos e intelectuais da época no panorama político do período. Além disso, estabeleço relações entre o projeto modernizador da *belle époque* e a crescente dissolução do Império em favor de uma República brasileira com propostas educacionais em pauta nos governos provinciais.

O capítulo consecutivo traz alguns elementos da biografia de Ferreira Penna, como sua atividade científica ainda no cargo de secretário de governo, sua participação na fundação do Museu Paraense e a proposta de instrução popular da instituição, sua inserção no contexto científico local e internacional e seu pensamento educacional, a partir dos escritos nos quais se refere à instrução.

A partir dos elementos apresentados nos capítulos anteriores, os dois capítulos finais têm por objetivo discutir sobre relações entre ciência e educação no Pará do século XIX, partindo do pensamento de Ferreira Penna. No primeiro deles, delinheiro análises sobre as fontes em busca de possíveis respostas para as questões: Que contribuições Ferreira Penna trouxe para o desenvolvimento e difusão do pensamento científico e educacional na província paraense em sua época? Qual o seu posicionamento em relação às idéias científicas e educacionais circulantes na época? Na visão de Ferreira Penna, que relações se estabeleciam entre a ciência e a educação? No que se segue, busco estabelecer relações desta investigação com algumas discussões atuais em educação em Ciências.

Convido o(a) leitor(a) a me acompanhar neste olhar para um momento do passado, buscando situar-se naquele contexto, exercitando pensar como pensava um ilustrado do século XIX, em busca de respostas – indefinidas e distantes de um ponto final. Tudo isso com o intuito de compreender, através da arguta visão de Domingos Soares Ferreira Penna, que projetos o governo e a intelectualidade paraenses tinham para a ciência e para a educação provincial naqueles últimos anos do reinado de D. Pedro II.

SEGUINDO VESTÍGIOS: ASPECTOS METODOLÓGICOS

Investigar tem como possibilidade de sentido o ato de seguir vestígios. Penso esta investigação desta forma, assumindo as dificuldades e incompletudes que isso representa. Delinearei neste capítulo o percurso que trilhei para seguir os vestígios que me conduzem a possíveis respostas aos questionamentos propostos, bem como fundamentarei as implicações teóricas subjacentes à pesquisa e busca de fontes.

Como sugere Carlo Ginzburg ao fundamentar o surgimento do método indiciário nas ciências humanas, buscar indícios, detalhes mínimos e geralmente imperceptíveis aos olhos da maioria, pode ser um interessante modo de se chegar às particularidades daquilo que se estuda, da superficialidade aos aspectos mais profundos (GINZBURG, 1997). Tal abordagem remete a diferentes áreas do conhecimento, como a crítica de arte, a crítica literária, a medicina, a história e a sociologia, para citar algumas. Em algumas vezes, deparei-me com indícios mínimos das atividades de Ferreira Penna, cujas possibilidades de estabelecimento de relações surgiram com as leituras iniciais, compilações de documentos referentes ao tema de minha pesquisa formatadas segundo os propósitos dos autores.

As primeiras pesquisas foram orientadas pela busca por autores que trouxessem elementos da trajetória pessoal e profissional de Domingos Soares Ferreira Penna em suas obras. As teses de doutorado de Nelson Sanjad (2005) e Ana Maria Alves (2005a) se tornaram importantes referências, uma vez que trouxeram informações relevantes a respeito da atuação política, científica e educacional de Ferreira Penna na província do Pará, na segunda metade do século XIX. Dentre as fontes consultadas pelos autores de ambas as teses uma, particularmente, chamou minha atenção: trata-se da compilação das obras de Domingos Soares Ferreira Penna, de 1973, organizada pela Secretaria Estadual de Cultura em dois volumes, idealizada e introduzida por Osvaldo Cunha. A obra foi encontrada na Biblioteca Central “Clodoaldo Beckmann”, da Universidade Federal do Pará. Deste material, foram aproveitadas as obras *Notícia Geral das Comarcas de Gurupá e Macapá*, de 1874, e *A Ilha de Marajó*, de 1876, nas quais se encontram informações acerca do estado da instrução pública nas localidades descritas. Consta ainda daquela publicação uma biografia de Ferreira Penna escrita pelo literato José Veríssimo em 1894, publicada no primeiro número do *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnographia*, criado pelo, então, diretor do Museu, Emílio Goeldi³. A biografia escrita por Veríssimo seria,

³ Um exemplar do primeiro número do *Boletim*, presente na Biblioteca Domingos Soares Ferreira Penna do MPEG, foi consultado duas vezes, sendo encontrados o artigo de José Veríssimo sobre Ferreira Penna e um escrito póstumo do naturalista intitulado “Archeologia e Etnographia no Brazil”. Porém, a disponibilidade

segundo Cunha (1973), a mais completa existente, devido à proximidade entre os dois intelectuais, embora aponte aquilo que seriam “equívocos” de Veríssimo a respeito de certas datas.

Outro escrito de Ferreira Penna se revelou peça fundamental para a indicação de suas idéias acerca da educação paraense: em 13 de maio de 1869, ele publicara um artigo, intitulado “A Instrução Pública no Pará”, na segunda página do jornal republicano *O Colombo*, do qual era proprietário. No artigo, Penna delineia suas impressões acerca da situação da instrução pública na província, a partir do que constatou em suas expedições pelo interior. Além disso, propõe aquilo que seria necessário à educação dos jovens do interior, para que aprendessem a valorizar e trabalhar em sua terra. Um exemplar do artigo se encontra no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, tendo sido reproduzido integralmente em anexo na tese de Sanjad (2005).

Complementarmente aos escritos e elementos biográficos de Ferreira Penna, busquei discursos governamentais acerca da ciência e da educação no período delimitado. Embora nada tenha encontrado que remetesse a atividades científicas, em todos os relatórios existem seções específicas a respeito da instrução pública, forma como era nomeada a educação naquele período. De alguns destes, pude extrair informações que me fizessem compreender qual a importância da educação para aqueles governantes, que objetivos havia na instrução popular e a quem se voltavam as propostas de instrução. Os discursos mais representativos para esta análise foram os dos presidentes João da Silva Carrão, em 1858, e Manoel Frias e Vasconcellos, em 1859, ambos dirigidos à Assembléia Legislativa na forma de relatório. Ambos os documentos fazem parte de um vasto arquivo digitalizado de documentação oficial brasileira do século XIX, que se encontra disponível no *site* do Center for Research Library, entidade acadêmica internacional (<http://www.crl.edu/content/brazil/provopen.htm>).

De posse deste extenso e sempre incompleto *corpus* de análise, passei a analisar as fontes de acordo com alguns princípios da análise de conteúdo (FRANCO, 2003). Segundo esta abordagem analítica e metodológica, aquilo que um indivíduo fala é carregado de significados e sentidos que o grupo social ao qual pertence atribui às palavras utilizadas. Pensando Ferreira Penna como um intelectual do final do século XIX, seus discursos têm sentido à luz de suas opções políticas, representações de classe, traços psicológicos e concepções de mundo, todos estes elementos reflexos de sua época. Cada palavra traz, no

deste exemplar para consulta foi comprometida, ao menos até a finalização do texto de dissertação, devido sua utilização como parte de uma exposição permanente no Parque Zoobotânico.

contexto no qual é utilizada, um conjunto de significados próprios de uma sociedade, da qual o indivíduo é representante.

De acordo com Franco (2003, p. 27):

Reiterando, diríamos que produzir inferências em análise de conteúdo tem um significado bastante explícito e pressupõe a comparação de dados, obtidos mediante discursos e símbolos, com os pressupostos teóricos de diferentes concepções de mundo, de indivíduo e de sociedade. Situação concreta que se expressa a partir das condições da práxis de seus produtores e receptores acrescida do momento histórico/social da produção e/ou recepção.

Sob estas premissas, a seleção dos elementos para análise seguiu critérios que emergiram durante a leitura analítica das fontes (categorias *a posteriori*). Ao passo que foram sendo identificadas palavras e expressões que remetem às idéias de *progresso*, *moral*, *civilização*, *iluminação* e *liberdade*, bem como às idéias de *atraso*, *ignorância*, *barbárie* e *submissão*, busquei, sempre que possível, articular tais idéias aos discursos sobre as atividades científicas e educacionais na província paraense. Deste modo, criou-se, a partir das Unidades de Registro (palavras e expressões), uma Unidade de Contexto (texto completo) que atribuía à ciência e à educação a capacidade de civilizar e moralizar a população implicando no progresso da nação brasileira.

Como parte efetiva da análise, agruparam-se as palavras e expressões nos núcleos temáticos surgidos a partir das fontes, a saber:

- Ciência e educação como promotoras de civilização, iluminação e liberdade;
- Limitações da instrução como promotora de civilização, iluminação e liberdade;
- Conseqüências negativas da ausência da instrução;
- Disparidades entre discursos e práticas acerca da instrução;
- Preocupações instrucionais de instituições científicas e seus componentes.

Embora, na análise empreendida nos próximos capítulos, não venha a discriminar cada uma destas categorias, busco abarcá-las de maneira geral através dos elementos apresentados. Com isso, é possível inferir sobre a trajetória profissional de Ferreira Penna nos últimos anos de sua vida, passados em terras paraenses, no qual se tornou “grande conhecedor das suas coisas”, nos dizeres de Veríssimo (1894, p. 5).

A análise de conteúdo se tornou tanto mais profícua ao passo em que a noção de indivíduo, através do método biográfico⁴, foi introduzida. Neste sentido, compreendo, em conformidade com teóricos deste método, que a trajetória de vida de uma pessoa seja reflexo de suas relações de classe, uma representação *singular* de um *caráter universal* (FERRAROTTI, 1988). Neste sentido, estudar a vida de um indivíduo não é um investimento reducionista, uma vez que, para Fischer (2004), a história de vida pode ser

uma adequada alternativa para articular a dimensão individual, ou seja, a vida experienciada por determinada pessoa aos fenômenos sociais mais amplos. (...) A história de vida como a concebemos vai além do enfoque pessoal da história. Ao focalizar o indivíduo é possível dimensioná-lo no contexto mais amplo. Para isso, é necessário evitar o sentido romântico – às vezes presentes nas concepções humanistas, a partir das quais se transforma o entrevistado em herói – e insistir nas conexões entre os fatos relatados e a situação social, cultural e econômica que os perpassa (pp. 152-153)

Uma história de vida, muito mais que exemplo de uma condição geral, é uma porta de entrada para a análise de um grupo social (FERRAROTTI, *idem*). Dito de outra maneira, uma história de vida é um ponto de partida para o pesquisador, não um ponto de chegada. As falas de um sujeito são configuradas por sua formação no âmbito do modelo cultural da sociedade na qual está imerso. Por isso, entendo ser possível para esta pesquisa a conciliação do método biográfico, para analisar uma história em particular, com elementos de uma historiografia mais ampla, para chegar uma história contextual a partir da história de vida analisada.

Bourdieu (2007) chama nossa atenção, em relação às pesquisas, para a realização de uma biografia intelectual. Critica a forma como as biografias de artistas têm sido construídas desvinculadas das condições sociais nas quais estes se formaram ou como afirmação/negação de sua classe, impondo um viés de originalidade e genialidade ao personagem biografado. O autor ainda destaca o quanto a origem de classe social do sujeito biográfico – em sua análise, o artista – se mostra marcante em sua produção, uma vez que se encontra como representante dos interesses da classe dominante sem, contudo, pertencer a ela em sua plenitude.

⁴ Metodologia de pesquisa surgida no campo da Sociologia como reação às abordagens positivistas predominantes nas análises sociológicas do início do século XX, buscando dar “voz aos excluídos sociais”. Para maior aprofundamento sobre o contexto de seu surgimento, ver Ferrarotti (1988), Bueno (2002) e Fischer (2004).

Para a história da ciência, os estudos biográficos são importantes na compreensão das relações entre o personagem biografado e o contexto histórico no qual se destacou. Por meio da conexão – e não antagonismo – entre as particularidades da vida do personagem e a situação histórica na qual deixou registros científicos, é possível trilhar uma história que não seja uma “hagiografia” de um gênio da ciência, sendo antes uma forma de se compreender a produção científica de determinada época a partir daquela história em particular, em sua maior complexidade, caracterizando o que poderia se chamar de “ecologia da ciência” (FIGUEIRÔA, 2007).

Minhas opções pela análise de conteúdo e método biográfico se justificam pela noção da indissociabilidade entre indivíduo e meio social que entrelaça estes eixos metodológicos, de modo que considero esta uma associação produtiva dentro desta investigação.

De forma geral, são estes os vestígios que sigo. Percebo-me no início de uma tarefa complexa e imprevisível, mas de imensa motivação por sua própria contingência. Isto porque me reporto a uma época que não a minha, que não constitui minha formação e cujas idéias nem sempre são compreensíveis pelo olhar de minha época. Tornemos, pois, a um trecho daquela época, ainda que de modo breve e parcial, mas com a expectativa de um olhar diferenciado sobre a educação daqueles efervescentes anos finais do século XIX no Grão-Pará.

HISTORIOGRAFIA DAS CIÊNCIAS NO BRASIL

Muitas têm sido as discussões em torno da produção científica no Brasil ao longo de sua história. Um dos pontos de maior debate trata da gênese da atividade científica no país. Em autores considerados pioneiros, não se fala em tradição de pesquisa no Brasil até o século XIX, quando teriam surgido os primeiros institutos voltados para a prática científica (AZEVEDO, 1963; SCHWARTZMAN, 1979). Embora Azevedo (op. cit.) conceda o caráter de marco inicial da atividade científica brasileira às pesquisas que culminaram na publicação da primeira edição em 1648 da *Historia Naturalis Brasiliae* – descrição detalhada dos recursos naturais brasileiros por Guilherme Piso, J. Marcgrave e J. Bontius, vindos a pedido de Maurício de Nassau enquanto governante da capitania de Pernambuco –, a reintegração pernambucana ao controle da metrópole portuguesa desfez as diferenças intelectuais daquela região em relação ao resto da Colônia, impedindo a *continuidade* destas atividades e, conseqüentemente, a consolidação de uma tradição de pesquisa científica. Tal proposição traz consigo a idéia de que toda a atividade científica realizada anteriormente ao século XIX seria de alguma maneira inferior àquela que passou a se realizar nos institutos então criados, fosse pela falta de sistematização das pesquisas, fosse por não ser mais, especificamente na história natural, que observações com o *sentido do pitoresco, de viajantes deslumbrados diante das paisagens tropicais* (AZEVEDO, op. cit., p. 371).

Note-se também que, como critério *sine qua non* para a existência da tradição de pesquisa no Brasil, tais autores demarcam a continuidade entre as pesquisas pioneiras e as posteriores. Aos pioneiros, caberiam os primórdios da construção de uma “escola” nas áreas às quais se dedicaram. A nosso ver, tal idéia é permeada por uma noção de ciência em progresso contínuo e cumulativo, na qual novos feitos vêm se somar aos anteriores em processo destituído de conflitos, oposições e negociações, isto é, independentemente do contexto sócio-cultural na qual se estabelecem. Para os autores mencionados, o contexto sócio-cultural constitui-se apenas em empecilhos que impediriam o progresso científico de seguir seu curso natural.

Ademais, em tais autores buscam-se explicações históricas e culturais para o suposto “atraso” para o desenvolvimento das ciências no Brasil, como o modelo de colonização exploratória, a cultura escolástica e cristã predominante em Portugal e valorizada pelas elites locais e a ênfase na economia de escravismo agrário (AZEVEDO, op. cit.; SCHWARTZMAN, op. cit., STEPAN, 1976). Stepan (op. cit.) baseia sua defesa do “atraso” científico brasileiro em comparação a países europeus, que estabeleceram suas

atividades científicas mais efetivas a partir da Revolução Industrial do século XVIII, chamando atenção para a necessidade de uma análise histórica das ciências diferenciada para países em desenvolvimento.

Em análises mais recentes, em especial a partir da década de 1970, marcada pelo advento do Programa Forte de Estudos Sociais do Conhecimento na Grã-Bretanha, a compreensão histórica do progresso científico tem como pressupostos principais o caráter de construção social da ciência e, conseqüentemente, a relação intrínseca entre ciência e sociedade (DANTES, 2001). No Brasil, estudos aproximados a esta vertente começaram a ganhar forma na década de 1980, trazendo novos olhares sobre a construção da ciência brasileira. Tais estudos foram orientados por noções desenvolvidas por autores que buscaram um modelo de difusão científica em áreas que não fariam parte dos centros científicos, estes localizados quase que totalmente, até o final do século XIX, na Europa.

Um dos modelos de difusão da ciência em áreas cientificamente periféricas foi desenvolvido por George Basalla, em seu artigo *The Spread of Western Science*, publicado na revista *Nature* em 1967. Nele, o autor indica três fases comuns à difusão científica em países periféricos: uma fase inicial, na qual os recursos naturais da região são descritos e amostras coletadas por colonizadores estrangeiros, que não atuam especificamente em pesquisa científica; uma fase intermediária, caracterizada por estudos mais detalhados das regiões periféricas, desenvolvidos por pesquisadores estrangeiros, que desenvolvem “tradições de pesquisa”; e a última fase, na qual surgem os primeiros pesquisadores locais, em geral formados pelas tradições de pesquisa dos pesquisadores estrangeiros (BASALLA, 1967). Apesar das diversas críticas recebidas a partir de sua publicação, este modelo serviu de base para algumas pesquisas desenvolvidas para a história das ciências dos países periféricos entre as décadas de 1970 e 1980.

Algumas das críticas mais pertinentes à “naturalidade” com que este modelo apresenta a difusão das ciências em periferias partem de autores como Juan Jose Saldaña e Luis Carlos Arboleda. Analisando alguns eventos na história da difusão científica em seus países (respectivamente, México e Colômbia), os pesquisadores perceberam que o processo de difusão envolve conflitos, negociações e debates tanto entre os praticantes da ciência quanto destes com os detentores de saberes tradicionais (ARBOLEDA, 2000; SALDAÑA, 2000) nos níveis epistemológico – teorias, leis, metodologias – e social – interesse social por determinada ciência, investimentos econômicos etc. Orientadas por esta compreensão, diversas pesquisas em países periféricos buscaram equilibrar aspectos epistemológicos e sociais da ciência como de igual relevância para a compreensão de seu desenvolvimento histórico.

Neste sentido, podemos considerar que as práticas científicas desenvolvidas por Ferreira Penna se inserem em um contexto anterior à “institucionalização” da ciência brasileira. O Museu Paraense, criado pela Associação Filomática que o teve como primeiro presidente, passou a buscar objetivos explicitamente voltados para a pesquisa científica a partir de 1894, com a administração de Emílio Goeldi. A disparidade entre o Museu provincial do Império e o Museu reformulado da República parece tamanha que Azevedo (op. cit.) não faz qualquer menção ao período imperial do Museu e Schwartzman (op. cit., p. 96) faz a seguinte referência:

Criado em 1894 com o nome de Museu Paraense, através da reorganização de um antigo museu arqueológico e etnográfico fundado em 1866 pela Sociedade Filomática do Pará, a administração de Goeldi, em pouco tempo, transformou o Museu Paraense em importante instituição científica.

Uma vez que as práticas científicas no Brasil independeram muitas vezes do vínculo dos cientistas com institutos, podemos considerar o Museu Paraense de História Natural e Etnografia, de acordo com os estatutos da Associação Filomática (Anexo 1), um *locus* de pesquisa voltado para a instrução popular a respeito de temas das ciências naturais, história e geografia.

Além disso, nossa compreensão do caráter intrinsecamente social e epistemológico das ciências se amplia para os relatos de viagem de Ferreira Penna, nos quais surgem várias questões de interesse aos seus contemporâneos, como as atividades econômicas às quais se dedicavam as populações descritas, seus componentes étnicos, a presença e atuação de religiosos e o estado da instrução pública local. O capítulo a seguir dedica maior espaço à preocupação dos políticos, escritores e intelectuais da época com esta última questão.

A INSTRUÇÃO PÚBLICA NA PAUTA DA PROVÍNCIA

A capital da Província do Grão-Pará na segunda metade do século XIX iniciava um processo de urbanização amplo, baseado em modelos europeus – sobretudo parisienses – de arquitetura e paisagismo. Nas palavras do naturalista inglês Henry Walter Bates, em sua segunda estadia na cidade em 1859, Belém deixava de parecer uma *aldeia cheia de mato, ameaçando ruína*, que conhecera em 1848 (BATES, p. 21), para se tornar uma cidade em que o governo investia grandes somas para o melhoramento estético urbano. Alguns relatos estrangeiros, como o do estudioso francês Avé-Lallement, retratam a “europeização” da capital provincial, refletida nas construções, no plano arquitetônico das ruas e mesmo nas vestes dos homens e mulheres da alta classe da cidade, considerada por alguns habitantes a melhor que poderia existir (DAOU, 2000). Todavia, as mudanças promovidas pela *belle époque* tiveram impactos distintos nas diferentes classes sociais que compunham a população urbana. Medidas de saneamento e urbanização adotadas em Belém, ao mesmo tempo em que visavam tornar a cidade mais bonita aos olhos das classes mais abastadas, destruía cortiços e despejava famílias pobres do centro da cidade (SARGES, 2000).

A indústria brasileira vinha ganhando forças, em especial no Centro-Sul. O otimismo econômico brasileiro ocorria também na Amazônia, onde a exportação de borracha ganhava o mercado internacional. A economia gomífera contribuiu significativamente com a mudança da paisagem urbana em cidades como Belém e Manaus, sentida por Bates em seu retorno a Belém após dez anos no interior da província paraense.

Bates era um dos vários naturalistas que passaram pela Amazônia no século XIX. Em um período no qual a História Natural redefinia seus objetos de estudo a partir de amostras exteriores à Europa, o Brasil poderia ser considerado um “paraíso dos naturalistas”, com sua grande diversidade de seres vivos e minerais. Centrando o foco na Amazônia, por aqui passaram naturalistas de renome internacional, além do próprio Bates, a exemplo de Alfred Russel Wallace, que veio ao Brasil juntamente com Bates em 1848, Louis Agassiz, em 1866, e Charles Frederick Hartt, em 1866 e 1870. Cada um, nas mais diversas áreas como Botânica, Zoologia e Mineralogia, encontraram grande fonte de amostras interessantes, além de se encantarem grandemente com a paisagem natural sob a qual representaram a Amazônia. O ritmo da cidade passava a ganhar novas dimensões com a gradativa ascensão cultural resultante do crescimento econômico. A modernização da capital da província buscava alcançar tanto os elementos arquitetônicos e urbanísticos quanto o elemento humano. O cidadão belenense deveria se adequar àqueles novos tempos, “iluminando-se” com as luzes da razão e da cultura, atreladas à própria moral iluminista.

França (2004) aponta o papel da educação para a difusão e organização das novas idéias modernizantes advindas da Europa, em especial nas décadas de 1870 e 1880. Em consequência dessas relações assim estabelecidas, os discursos dos presidentes da Província do Pará são contundentes na ênfase à instrução das classes populares como assunto de primeira ordem. Nos relatórios anuais e em outros discursos dos governantes, havia seções destinadas à discussão da situação da instrução pública, nas quais eram apresentando dados sobre matrículas, programas do ensino primário e secundário, condições materiais das escolas, supervisão das atuações dos professores, entre outros elementos. Para lidar diretamente com este assunto e com aqueles relacionados com institutos de ensino mantidos pela iniciativa privada, existia a Diretoria de Instrução Pública desde 1841, cuja função era fiscalizar as instituições de ensino na capital e, por meio de delegacias de instrução, nas cidades do interior. Vale ressaltar que a Diretoria estava diretamente submetida à Presidência da Província.

Para contextualizarmos melhor tal preocupação, devemos lembrar que o ensino primário e secundário no Brasil até meados do século XVIII era responsabilidade primordial de professores com formação em ordens religiosas, por meio de lições de preparação aos jovens para o ingresso em universidades portuguesas. As lições se baseavam essencialmente em Latim, Grego, Retórica, Filosofia, Matemática Elementar e Trigonometria. Com as reformas políticas empreendidas principalmente pelo Marquês de Pombal ao final do período colonial brasileiro e a consequente expulsão dos jesuítas e membros de outras ordens da colônia brasileira, as aulas baseadas no ensino tutelado pela Igreja foram substituídas por disciplinas fundadas no ensino laico, fortemente influenciado pelo pensamento iluminista crescente na Europa, tais quais Ciências Experimentais, Comércio e Música (VECCHIA, 2005). Já no século XIX, algumas manifestações do incipiente pensamento positivista no Brasil já se faziam notar em algumas instituições de ensino, como os colégios militares, ganhando adeptos entre professores e estudantes desses estabelecimentos, alguns dos quais viriam a ingressar na carreira política e imprimiriam alguns princípios positivistas – devidamente adaptados à realidade nacional – no projeto de implantação da República (ALVES, 2005b).

A instrução até o final do Império valorizava essencialmente as disciplinas clássicas, como Línguas Clássicas (Latim e Grego), Gramática Portuguesa, Filosofia, Retórica e Moral Cristã, para o ingresso nas instituições superiores (FRANÇA, 1997). Segundo Vecchia (2005), a inclusão de disciplinas como Comércio, Línguas Modernas (Inglês e Francês), Matemática, Trigonometria, Desenho e Ciências (Química, Física e História Natural) em algumas instituições visava a preparação dos jovens para uma vida

profissional alternativa aos estudos superiores. O desenvolvimento industrial mundial estimulou a inclusão destas disciplinas, mais diretamente voltadas ao panorama econômico que vinha se instituindo. Embora o Brasil não acompanhasse esse processo diretamente, a tendência em se basear nos projetos educacionais franceses, tal qual o da criação de liceus, repercutiu na inclusão daquelas disciplinas nos programas educacionais secundários brasileiros.

Com o caráter cada vez mais laico da educação, houve uma crescente preocupação em se estender a instrução pública a todas as camadas sociais em todas as localidades. Porém, contrariando as expectativas de expansão do ensino, até a segunda metade do século XIX era mínimo o número de pessoas com acesso à instrução primária e secundária proporcionada por estabelecimentos públicos e particulares na Província do Pará. Segundo o discurso proferido pelo presidente Tenente-Coronel Manoel de Frias e Vasconcellos em 1º de outubro de 1859 à Assembléia Legislativa, de cada cinco crianças em idade escolar própria, apenas uma freqüentava a escola (VASCONCELLOS, 1859). Preocupado com a situação da instrução na província, o presidente assim se expressava:

Fatos desta ordem, e de uma autenticidade tão contestável quanto desanimadora, devem ter muito peso perante a Assembléia Provincial, cuja ilustração e patriotismo invoco neste momento, a fim de que providencie no sentido de melhorar-se o estado da instrução primária. Apresentados estes dados acerca do estado do ensino na Província, permiti-me, Srs., que eu exponha o meu pensamento sobre este objeto de tão alto interesse para todos os povos cultos, que aspiram a tocar ao maior ponto de civilização (idem, p. 31)

A dificuldade de acesso à instrução era ainda mais grave no interior da província. Fosse pelas barreiras geográficas entre os escolares e as instituições de ensino, fosse pela necessidade de mão-de-obra auxiliar nas atividades de plantio e extração, era ainda menor o número de jovens em idade escolar no interior que freqüentavam regularmente as escolas. Os delegados de instrução pública do interior reclamavam constantemente por novos materiais escolares – bancos, carteiras, quadros de giz, livros –, pois os que havia nas escolas se encontravam muitas vezes em condições precárias.

Outro problema para os jovens do interior era a concentração do ensino secundário em Belém, à exceção de uma cadeira de Latim na comarca de Bragança (VASCONCELLOS, 1859, p. 27). Para dar continuidade aos estudos primários, se fazia necessário às crianças e jovens do interior o deslocamento para a capital e a matrícula na

única instituição pública que oferecia o ensino secundário, o Liceu Paraense⁵. As condições econômicas das famílias do interior nem sempre permitiam o envio de seus filhos à capital para prosseguimento dos estudos. A instrução primária era, nessas condições, o máximo com que a população em geral contava, quando contava com alguma instrução, que, segundo o discurso presidencial, não era o caso da maioria.

Além das dificuldades em se levar a educação efetivamente a toda a população, pendiam do sistema educacional debates de ordem política e ideológica sobre a amplitude e alcance da instrução pública. Muitos políticos e ilustrados defendiam reformas nos sistemas e instituições de ensino, embora fosse alvo de discussão a amplitude dessas reformas. A exemplo disso encontrava-se, em 1878, o Ministério do Império sob a responsabilidade de Leôncio de Carvalho, que nesse ano alterou o programa do Colégio Pedro II, instituição secundária que servia de modelo a instituições semelhantes em outras províncias, no Município da Corte (Rio de Janeiro) por meio de decreto (VECCHIA, 2005). As alterações visavam contemplar as idéias pedagógicas de liberdade de ensino estadunidenses, pelas quais o ministro havia se admirado. É relevante destacar que a liberdade de ensino almejada pelo ministro diz respeito à livre implantação de escolas e estabelecimentos de ensino – públicas e particulares –, que poderiam professar qualquer credo religioso e qualquer pensamento doutrinário, desde que certos padrões de moralidade e competência exigidos pelo governo fossem atendidos (MACHADO, 2005).

Entre as mudanças propostas por Leôncio de Carvalho, estava a desobrigação do ensino religioso aos não-católicos, a reimplantação do sistema de matrículas avulsas e a possibilidade de prestar exames para qualquer disciplina do Colégio sem ter comparecido às aulas. Tais mudanças, consideradas um tanto radicais para a época, se estenderiam às instituições de ensino de todo o Império por meio de outro decreto do ministro Carvalho. Este decreto, datado de 1879, foi apreciado pela Comissão de Instrução Pública da Assembléia Legislativa e contou com grande apoio de um de seus membros, o jurista Rui Barbosa, mas não foi totalmente efetivado (MACHADO, 2005).

As idéias sobre liberdade de ensino também chegariam ao Grão-Pará, atraindo alguns entusiastas, como o escritor, jornalista e crítico literário José Veríssimo Dias de Mattos, que viria a se tornar Diretor da Instrução Pública – cargo acumulado com a diretoria do Liceu Paraense – em 1890, após ter criado o Colégio Americano (FRANÇA,

⁵ O Liceu Paraense, criado em 1841 como sede da Diretoria de Instrução Pública da Província, era considerado por Veríssimo (apud FRANÇA, 2004, p. 151) como o *único estabelecimento público de ensino completo das humanidades exigidas para a matrícula nos cursos superiores*. Seu prédio abrigaria ainda, em 1872, a Biblioteca Pública e o Museu Paraense de História Natural e Etnografia, como veremos no capítulo seguinte.

1997, 2004). Este Colégio, fundado em 1884, tinha sua filosofia baseada em autores que, *no mundo europeu do século XIX, se voltaram à crítica do modelo educacional ainda imperante, que privilegiava a educação clássica em detrimento da científica, e propunham um sistema escolar que se adequasse às novas exigências da sociedade da época, industrial, comercial e científica* (idem, 2004, p. 36).

Veríssimo ainda defenderia a instrução como veículo para se atingir uma desejável sentimento de nação no povo brasileiro, uma vez que constatava, desoladamente:

Sem orgulho patriótico, sem educação cívica, sem concorrência de espécie alguma, o caráter brasileiro, já de si indolente e mole, como que deprimiu-se, e o sentimento nacional que luz pela primeira vez na luta com os holandeses, e depois nos conflitos de nacionais e portugueses nas épocas que proximamente antecederam ou seguiram a Independência, esmorece, diminui, quase desaparece. (VERÍSSIMO, 1890, p. XVII)

As idéias de Veríssimo encontrariam retorno no início da República brasileira, embora já fossem defendidas anteriormente, como veremos. As idéias republicanas para a instrução encontravam defensores desde antes da implantação do regime. Domingos Soares Ferreira Penna, no qual centraremos nossa análise, se torna figura emblemática na defesa de uma educação formadora de indivíduos ilustrados e livre-pensantes, criticando posições meramente burocráticas do governo imperial diante da educação.

Embora não seja reconhecido como um pensador pedagógico, as manifestações de Ferreira Penna sobre a situação da instrução na província nos permitem compreender suas idéias. Além disso, é possível depreender que Ferreira Penna tenha influenciado de certa forma as idéias de José Veríssimo, com quem manteve grande amizade e intenso diálogo a respeito de etnografia, cultura amazônica e instrução pública (SANJAD, 2005).

**UM “GRANDE SABEDOR DAS COISAS DA TERRA”:
DOMINGOS SOARES FERREIRA PENNA (1818 – 1888)**

Deve-se a vinda de Domingos Soares Ferreira Penna à província do Grão-Pará em 1858 ao convite do tenente-coronel Manoel Frias e Vasconcellos, que havia sido nomeado presidente desta província, para que assumisse a secretaria de governo. O convite era presumido: Ferreira Penna, aos 40 anos de idade, mineiro da cidade de Mariana, tinha traçado uma notável trajetória política como membro ativo do Partido Liberal e assumido cargos importantes, como o gabinete de Polícia da Corte, no então Distrito Federal (Rio de Janeiro). As relações entre suas famílias, duas das mais tradicionais da região de Ouro Preto, influenciaram grandemente para que Vasconcellos confiasse o cargo de secretário a Penna, que o assumiria por nove anos, descontinuados por duas interrupções.

Embora tenha permanecido politicamente ativo na província paraense, Ferreira Penna se destacou mais propriamente por suas atividades científicas. O seu primeiro empreendimento neste sentido foi uma expedição, em 1863, pelas extensões dos rios Tocantins, de difícil navegação, e Anapu, possível rota para o comércio com o Xingu. Esta idéia partiu do então presidente de província, Francisco Carlos de Araújo Brusque, que lamentava a existência de poucas informações disponíveis a respeito das povoações do interior. Na viagem, o secretário de governo deveria descrever:

1º Quais os produtos naturais de maior proveito e vantagem para o comércio; 2º O estado da agricultura e os seus principais produtos; 3º A que indústrias se dedica a população; 4º Quais os estabelecimentos fabris e agrícolas; 5º Qual a população fixa; 6º O estado das povoações e as suas necessidades mais urgentes em relação aos melhoramentos que reclamavam (PENNA, 1864, p. 6)

Acompanhado do engenheiro Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim, Ferreira Penna coligiu diversas informações sobre as populações encontradas na viagem. Seu relatório inclui minuciosas descrições das condições de navegabilidade dos rios, dados históricos, econômicos e estatísticos das principais cidades marginais, a geografia física da região do Baixo Tocantins e informações sobre agricultura, comércio e indústria locais, bem como os componentes étnicos das populações. Devido à importância da navegabilidade do Tocantins-Araguaia para o Governo Imperial em favor da integração nacional, José Vieira Couto de Magalhães, que assumira a presidência da província em 1864, mandou publicar o relatório de Ferreira Penna e o anexou a uma carta dirigida à

Assembléia Provincial paraense. A partir desta primeira expedição, o político mineiro tornou-se referência nos estudos de etnografia e geografia locais.

Penna ainda realizaria outras expedições a mando do governo ou por conta própria, das quais coletava, além de informações históricas e geográficas dos locais visitados, amostras de animais, plantas, rochas e artefatos indígenas. No entanto, a carreira como naturalista parece ter-se solidificado com a passagem da expedição Thayer pela cidade de Belém em 1866. Chefiada pelo naturalista Louis Agassiz, a comitiva contava com diversos membros, incluindo a esposa do naturalista, Elizabeth, que foi a autora principal do relato da viagem (AGASSIZ & AGASSIZ, 2000), dois zoólogos, dois geólogos e *vários assistentes e dilettantes* (SANJAD, 2005, p. 45, nota 47).

Ao partir para o prosseguimento da expedição pelo alto Amazonas, Agassiz contava com diversos acréscimos a sua coleção, incluindo alguns peixes coletados por Ferreira Penna (AGASSIZ & AGASSIZ, 2000; ALVES, 2005a). Antes de sua partida, ministrou alguns cursos sobre a geologia do Vale do Amazonas e possíveis explicações sobre suas origens e relatou alguns fatos a respeito da expedição (CRISPINO *et alli*, 2006). Também discutiu a criação de um museu na província, idéia já aventada anteriormente em 1861, quando os deputados da Assembléia Provincial Joaquim de Assis e Corrêa de Freitas incluíram no orçamento provincial uma quantia considerável para a criação de um museu de história natural na capital (SANJAD, 2005).

A efetivação do museu provincial paraense ocorreu a partir de julho de 1866 com a Segunda Exposição Provincial de Produtos Agrícolas e Industriais, que contava com Louis Agassiz como convidado de honra. Neste mês, Ferreira Penna encaminhou, em 20 de julho, uma circular nos jornais convocando interessados a participarem de uma reunião que tinha por fim a criação de uma “Associação Filomática”, ou de amantes da ciência, para o dia seguinte. A reunião só veio a ocorrer no mês seguinte, após segunda convocação de Penna, na sala principal do Palácio do Governo (CRISPINO *et alli*, 2006).

Antônio Lacerda de Chermont, o Barão do Arary, assumia interinamente a presidência da província naquele ano. Sua atuação foi fundamental para a concretização do tão desejado museu, no sentido em que convocou uma comissão para a elaboração dos estatutos da Associação Filomática, que contava em sua maioria com membros do Partido Liberal, incluindo o próprio Ferreira Penna (SANJAD, *idem*). Em 1º de setembro, a comissão se reuniu para apresentar e discutir os estatutos, que foram aprovados posteriormente pelo Barão. Com a aprovação, publicou-se, em 20 de setembro de 1866, no *Jornal do Amazonas*, os estatutos da Associação, cujo primeiro artigo estabelece seus objetivos:

Art. 1º - Fica organizada uma associação com o título de Associação Filomática, a qual tem por fim:

1º Fundar e manter nesta cidade de Belém do Grão-Pará um museu de História Natural e de artefatos indígenas que se denominará Museu Paraense.

2º Instituir nesse estabelecimento para instrução popular, lições de geografia, hidrografia, etnografia e história do Brasil, e especialmente da Província do Pará, e preleções sobre a História Natural.

3º Criar no mesmo estabelecimento uma biblioteca a qual deverá constar principalmente de obras relativas aos assuntos de que trata o parágrafo antecedente (JORNAL DO AMAZONAS, 1866, p. 2, apud CRISPINO et alli, 2006, p. 305)

Nascia, oficialmente, o Museu Paraense de História Natural e Etnografia, contando, na reunião inaugural da Associação em 6 de outubro, com os membros da comissão que redigiu os estatutos, excluído o engenheiro Antônio Nicolau Monteiro Baena. Incluíam-se nesta reunião Álvaro Pinto de Pontes e Souza e Marcelo Lobato de Castro, que não haviam participado da redação dos estatutos. Ali, foi eleita a primeira comissão diretora, a saber: Ferreira Penna, na função de presidente; o chefe do Partido Liberal naquele ano, Francisco Acácio Corrêa, como secretário; o político Pontes e Souza, como tesoureiro; o médico e professor Américo Marques Santa Rosa, o padre e professor particular Félix Vicente de Leão, o médico e professor José Ferreira Cantão, o militar José de Carvalho Serzedelo, o comerciante português José Antonio Affonso e o médico Lobato de Castro, no cargo de comissários (ALVES, 2005a; SANJAD, 2005).

Note-se que nenhum dos membros possuía formação científica oficial para as áreas de atuação do Museu. Segundo Gualtieri (2005) e Schwarcz (1993), Ferreira Penna seria o único entre eles a ser reconhecido como profissional autodidata nestas áreas, ainda que possuísse somente formação secundária no Seminário de Mariana (ALVES, 2005a). A prática da História Natural na província do Pará no século XIX parecia comum a indivíduos sem formação oficial na área, mas que possuíssem boa articulação política e recursos financeiros (próprios ou de terceiros) para a realização de expedições.

As primeiras peças do Museu Paraense eram compostas pelos acervos particulares de Ferreira Penna e de outros membros. De acordo com os estatutos, cada peça doada deveria ser devidamente identificada com o local de origem e o nome da pessoa que a havia doado (SANJAD, 2005). O próprio Museu, segundo Cunha (1973), encontrava-se estabelecido na casa de um dos diretores em seu primeiro ano de funcionamento, talvez a

de Ferreira Penna, até que em outubro de 1867 foi transferido para uma casa alugada na Rua de Santo Antônio.

Ferreira Penna foi destituído da secretaria de governo em dezembro de 1866 por uma carta imperial, dedicando mais tempo à direção do Museu. Este estabelecimento passou a contar com recursos garantidos pelo presidente da província Pedro Leão Velloso, a partir de março de 1867. Os recursos prosseguiram com o presidente sucessor, o vice-almirante Joaquim Raymundo de Lamare, embora com menor regularidade (SANJAD, 2005). Foi ainda na gestão deste presidente que Ferreira Penna foi convidado para assumir interinamente a secretaria de governo, em junho de 1867. Porém, no mesmo mês o político mineiro demitiu-se do cargo e partiu para Manaus com o recém-empossado presidente da província do Amazonas José Coelho da Gama e Abreu, assumindo a secretaria local. A diretoria do Museu foi assumida por Álvaro Pontes e Souza até o retorno de Penna em 1868, ao final da presidência de Gama e Abreu.

A ida de Ferreira Penna a Manaus o possibilitou realizar outras coletas e estudos, agora pela extensão do rio Amazonas, em caráter extra-oficial e particular. Só voltaria a realizar expedições oficiais pelo governo provincial do Pará ao retornar, sob recomendações do presidente de Lamare, para levantar dados estatísticos das comarcas de Óbidos e Santarém. O resultado foi o relatório *A Região Ocidental da Província do Pará*, publicado em 1869 e apresentado ao então presidente Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo. Mais uma vez, os dados levantados por Penna referiam-se às populações, às atividades econômicas, condições geográficas e climáticas das localidades visitadas (PENNA, 1973).

O interesse do ilustrado pela arqueologia amazônica parece ter se iniciado ainda na expedição que resultou no relatório de 1869 (VERÍSSIMO, 1894), embora seus relatos arqueológicos tenham se tornado mais freqüentes a partir de 1870, quando estabeleceu contato com o geólogo canadense Charles Frederick Hartt, que participara da expedição Thayer, liderada por Agassiz, e retornara à província com a Primeira Expedição Morgan. Hartt se utilizou das informações e materiais concedidos por Ferreira Penna para seus estudos sobre arqueologia e geologia amazônicas (SANJAD, 2005), relação que permaneceu com a troca de correspondências entre ambos. Após a volta de Hartt aos Estados Unidos, a partir das quais Penna, em publicação no *Diário do Grão-Pará* de 13 de agosto de 1872, deu notícias das atividades do geólogo em seu país (PENNA, 1973).

Penna chegou a acumular, em 1872, os cargos de Diretor do Museu Paraense e Diretor da recém-criada Biblioteca Pública, que funcionavam ambos no térreo do prédio do Liceu Paraense. A acumulação dos cargos estava garantida pela legislação vigente, quando

o Museu se tornou instituição pública no ano anterior. Todavia, a sala na qual o Museu funcionava não comportava todo seu acervo, sendo necessário, no ano seguinte, transferi-lo para um novo prédio, alugado pelo governo, na Estrada de Nazareth (atual Avenida Nazaré). O então presidente da província, Barão de Villa da Barra, considerando difícil para Penna assumir dois cargos em locais distintos, o destituiu da Diretoria da Biblioteca, que foi assumida pelo poeta e inventor paraense Júlio César Ribeiro de Souza⁶. Porém, Ferreira Penna perdeu não somente a Diretoria da Biblioteca, como também a do Museu. Dias após o ocorrido, a não devolução de grande volume de livros emprestados por Penna à Biblioteca foi notificado pelo diretor recém-empossado ao Barão de Villa da Barra, que o comunicou ao naturalista, resultando na primeira de uma série de correspondências oficiais por meio da imprensa entre o ex-diretor e o presidente da província, repletas de ironias e acusações sutis, apesar do tom diplomático (PENNA, 1973).

Após o incidente, Penna foi convidado por Villa da Barra para retornar ao cargo de diretor, ao que recusou. Ainda nesse ano de 1872 foi convidado para assumir o posto de naturalista viajante do Museu Nacional, com sede no Rio de Janeiro. Neste cargo, realizou várias expedições pelos interiores da província, incluindo a região do Marajó em 1873 e 1875, da qual fez uma completa descrição dos sítios arqueológicos, das peculiaridades geográficas e das condições de vida das populações locais, incluindo informações sobre o estado religioso das populações e a instrução pública. Alguns de seus estudos foram publicados nos dois primeiros volumes dos recém-criados *Archivos do Museo Nacional*. Nas duas publicações resultantes das expedições, a instrução é motivo de indignação para o pesquisador, pela grande falta de recursos materiais e humanos. Chega a chamar a instrução de *ficção oficial* em ambas as publicações, pelo fato de os relatórios apresentados pela Diretoria de Instrução Pública apresentarem dados exclusivamente positivos acerca daquela região (PENNA, 1874, 1876, apud 1973).

A preocupação de Ferreira Penna com a situação da instrução pública paraense é notória, não apenas por seus relatórios, mas também por suas ações. Penna e os demais membros da Associação Filomática pensaram o Museu Paraense em sua fundação, como está explícito em seus estatutos, como *estabelecimento para instrução popular*, com lições diversas em especial sobre História Natural. É interessante notar também, segundo Alves (2005a) e Sanjad (2005), que boa parte dos membros da Associação Filomática tinha algum envolvimento com a educação, seja como professores de instituições públicas e particulares da província, seja como diretores da Instrução Pública.

⁶ A respeito de Júlio César Ribeiro de Souza, a obra de Crispino *et alli* (2003) é bastante elucidativa, em especial no que toca às suas contribuições à dirigibilidade aérea ao final do período imperial brasileiro.

Outra contribuição de Ferreira Penna à instrução a província foi sua atuação como professor de História e Geografia do Liceu Paraense, inicialmente em caráter interino para preencher a vaga deixada por um membro da Assembléia Legislativa. Assumiu o cargo em 1870, renunciando aos vencimentos pelo exercício do cargo temporário (CUNHA, 1973). No Liceu ainda, participou em 1871 da elaboração de novos estatutos para a instituição, que carecia de reforma devido ao estado lamentável no qual se encontrava, na opinião do presidente Abel Graça. A comissão contava, além de Ferreira Penna, com Joaquim Corrêa de Freitas e Américo Marques Santa Rosa.

Penna também assumiu as cadeiras de Geografia e História do Brasil e do Pará em 1874, na Escola Normal⁷. Veríssimo (1895, apud PENNA, 1973, p. 46) destaca a *pronunciada aversão para o magistério* do amigo que, apesar de ter suas leituras prediletas como base para suas aulas de História e Geografia, *não foi mais que um medíocre professor* delas. Verissimo busca justificar a pouca familiaridade do Penna com o magistério pelo fato de este se aborrecer em memorizar os compêndios que serviriam de base às aulas para repeti-lo a *rapazes e raparigas pouco preparados, desatentos, descaroáveis de aprender ou a quem a sua mesma erudição minuciosa e segura, fatigava e aborrecia* (VERISSIMO, 1895, apud PENNA, 1973, p. 47).

Apesar de não ter se destacado na docência, a preocupação de Ferreira Penna com a instrução pública merece atenção especial, por ser ele, consonante a José Veríssimo, defensor de uma proposta de ensino “republicana”, da qual os Estados Unidos seriam um modelo a ser seguido. Sobre a instrução no interior da província, Penna se manifestara no artigo *A Instrução na Província do Pará*, na primeira página da edição de 13 de maio de 1869 do jornal *O Colombo*, do qual era proprietário e um dos principais articulistas. Nele, Penna critica a concentração dos estabelecimentos de instrução primária e secundária na capital, dificultando às crianças e aos jovens do interior o acesso à instrução mínima. Segundo Penna (1869, p. 2):

Como é sabido, não há progresso sem civilização, nem religião verdadeira, nem espírito público onde ao povo falta a instrução que é a base sobre que se apóiam todos os sentimentos nobres do espírito humano. Um povo sem instrução é um rebanho que obedece a vara do pastor que, se o protege contra os lobos, também lhe aproveita a lã e que, quando lhe parece, o conduz ao leilão; mas esse rebanho converte-se também facilmente em lobos para devorar ao pastor a quem sua ignorância atribui a falta de pasto ou a peste que o persegue.

⁷ A Escola Normal do Pará foi fundada em 1871 pelo presidente Machado Portella, enfrentando diversas dificuldades até ser fundida ao Liceu Paraense, o que para Veríssimo (apud FRANÇA, 2004, p. 141), foi uma *fusão absurda, senão malévola*.

As palavras de Ferreira Penna remetem à necessidade da instrução como *base sobre que se apóiam todos os sentimentos nobres do espírito humano*. Somente com um tratamento sério da instrução, ao contrário do que Penna notava nas instituições paraenses, é que o povo deixaria de ser conduzido cegamente por seus governantes e também não se rebelaria pela ignorância de atribuir culpa por suas mazelas ao governo que o guia.

No trecho destacado Penna enuncia sua visão iluminista de educação, compreendida como meio para “iluminar espíritos”, trazendo-os à luz da razão, como uma tomada de consciência a respeito da situação na qual os indivíduos se encontram. Ademais, a educação poderia “libertar” o povo da condução inadequada dos governantes. Percebe-se que a preocupação de Penna a respeito da instrução é com o que poderia representar para a população que a ela deveria ter acesso. Tratava-se de melhorar a qualidade da instrução oferecida e possibilitar recursos para que fosse efetivada, na opinião do político.

Nos anos que se seguem à publicação do artigo, o Museu Paraense tem seus recursos paulatinamente reduzidos, dificultando a realização dos projetos propostos nos estatutos da Associação Filomática. Após várias administrações, incluindo novamente a de Ferreira Penna por menos de um ano, em 1887, o Museu sucumbe à redução de recursos e fecha no mesmo ano da morte de Ferreira Penna, em 1888. A reabertura do Museu em 1891 por sugestão de José Veríssimo representa uma nova fase da instituição, uma fase “científica”, nos dizeres republicanos, uma vez que o Museu em sua fase imperial representava tudo o que havia de atrasado e malfeito, sendo mesmo, nos dizeres de Cunha (1973), uma deturpação do sonho de Ferreira Penna. Haveriam dali em diante mudanças de planos para a ciência e a educação na ex-província paraense, mais de acordo com os ideais republicanos, uma vez que o museu imperial *nem de Museu merecia o nome* (VERISSIMO, 1894-96, p. 6).

Um novo regime político, um novo Museu, novas perspectivas para a educação. Neste cenário de transição, encontra-se Ferreira Penna, que apresenta em seu discurso muitas preocupações dos indivíduos de seu tempo. Retornando ao significativo artigo (1869, p. 2), podemos perceber uma das possíveis aspirações de Penna para a educação no Grão-Pará e no Império como um todo:

Eu desejava ver estabelecida em todo o Império a liberdade de ensino em todos os seus graus, sob a única condição de capacidade moral e intelectual bem comprovada nos professores ou diretores de escolas ou colégios, a fim de que esta nobre liberdade não degenerasse em licença ou especulação prejudicial aos bons costumes. Esta idéia, que começa apenas a ser aventada no país, ofende ainda os preconceitos de que estão cheias muitas cabeças, mesmo de homens instruídos, ao

mesmo tempo que, sem consciência ou fundamentos querem outros dar-lhe uma latitude capaz de matá-la em seu berço. Estes pecam por inexperientes, e aqueles por sedentários. Entre os extremos é que está a verdadeira liberdade. Os nossos hábitos, é força confessar, não se prestam muito às idéias e sobretudo à iniciativa de progresso.

Embora desejasse que a “liberdade de ensino” atingisse todo o Império, Penna reconhecia as dificuldades de sua implantação, fosse pelos preconceitos e prejuízos de vários indivíduos de sua época, fosse pela falta de iniciativa de progresso que para o político era hábito do povo brasileiro. Suas ponderações indicam preocupação consternada com a implantação de uma educação que alcançasse maior número de pessoas e que respeitasse a liberdade de ensino em todos os graus.

Ao finalizar seu artigo, Ferreira Penna apresenta um exemplo daquilo que se aproxima de seus propósitos (idem):

Se temos procurado imitar em tantas coisas os estrangeiros, por que não havemos de adotar o que há de mais útil nos Estados Unidos, por exemplo, de que tanto se fala – a liberdade de ensino? Procura-se imitar, inveja-se e exalta-se mesmo tudo quanto se faz nessa República, e em outros países e entretanto não se cuida de introduzir no nosso aquela instituição que é a legítima base da grandeza e prosperidade do povo americano.

O modelo de liberdade de ensino adotado nos Estados Unidos, que conquistaria a admiração do ministro Leôncio de Carvalho em 1878, era almejado em sua implantação por Penna alguns anos anteriormente. José Veríssimo, nos anos de 1890, ao fundar e dirigir o Colégio Americano, também teve tal modelo como base. É desafiador pensar no porque esse modelo interessou a três indivíduos de formações distintas e de épocas próximas. Porém, sua adesão mostra indivíduos preocupados com a situação educacional brasileira, que lhes parecia pouco satisfatória, voltados para projetos educacionais que atendiam a interesses muito mais próximos de um regime político democrático que de um regime político monárquico. Seriam as cabeças monárquicas as tais cabeças cheias de “preconceitos e prejuízos” das quais falava Ferreira Penna?

Através dos escritos e atuação profissional de Ferreira Penna, vê-se um ilustrado que, como tantos outros de sua época, preocupava-se com a situação educacional da província do Grão-Pará. Chegou mesmo a oferecer alternativas que, em sua opinião, fariam com que a instrução pública local alcançasse melhor qualidade, baseadas na idéia estadunidense de liberdade de ensino. Talvez ainda reste uma questão a ser respondida

nesta pesquisa: como as idéias de Ferreira Penna se relacionam às discussões a ele contemporâneas sobre ciência e educação? O próximo capítulo, sem a pretensão de uma resposta definitiva, lança possibilidades surgidas da análise das fontes.

EDUCAÇÃO E CIÊNCIA: MOVIMENTOS DE ILUMINAÇÃO E CIVILIZAÇÃO

Baseei minhas argumentações em diferentes tipos de fontes escritas: documentos oficiais – discursos e relatórios de presidentes da província do Pará e demais autoridades –, escritos científicos e jornalísticos de Ferreira Penna – relatórios de expedições, artigos científicos e carta sobre instrução pública – e biografias sobre Ferreira Penna, escritas por Veríssimo (1895), Cunha (1973, 1989), Alves (2005a) e Sanjad (2005). Delas, remetemo-nos aos elementos que nos indicassem idéias sobre ciência e educação no Pará do século XIX, tais quais suas finalidades, sua importância para a formação pessoal e geral do indivíduo, os envolvidos nestes campos e fatos que possam ter contribuído para sua efetivação. Além das fontes, próprias do período no qual desenvolvo esta investigação, recorri também a publicações escritas posteriormente ao período. Grande parte das fontes foi obtida em republicação das obras de Ferreira Penna promovida pelo Conselho Estadual de Cultura do Estado do Pará em 1973 (PENNA, 1973). Destes escritos, buscarei sintetizar alguns pontos importantes para análise.

O primeiro aspecto que chama a atenção nas fontes é a frequência de palavras e expressões como que remetem às idéias de iluminação e civilização da província paraense, como aquelas utilizadas por Frias e Vasconcellos (1859, p. 31) para solicitar atitudes dos membros da Assembléia Provincial diante da situação educacional da província: *cuja ilustração e patriotismo invoco neste momento (...) sobre este objeto de tão alto interesse para todos os povos cultos, que aspiram a tocar ao maior ponto de civilização* (grifos meus).

Algumas expressões utilizadas por Ferreira Penna em seu artigo para o jornal *O Colombo* (1869, p. 2) também são bem expressivas a respeito da iluminação e civilização da província por meio da instrução, por exemplo: *a instrução que é a base sobre que se apóiam todos os sentimentos nobres do espírito humano (...), a irradiação da luz da inteligência (...) deixá-la difundir-se e propagar-se por toda a parte.*

Neste sentido, podemos inferir que tanto a instrução pública quanto os empreendimentos científicos visavam iluminar a população e conduzi-la ao patamar das nações mais cultas e civilizadas. Como indica Sarges (2000), esses objetivos faziam parte do espírito da *belle époque* paraense, que tinha como modelo urbanístico e social a próspera Paris de meados do século XIX.

Esse movimento pela iluminação e civilização, além de fazer parte de um projeto local, estava de acordo com o propósito do Império de constituir uma identidade nacional para o Brasil. Freitas (2002) indica o período entre 1850 e 1864 como o período da

Conciliação, no qual o Brasil se encontrava em relativa estabilidade política e social, o que favoreceu avanços econômicos notáveis com o crescimento da indústria brasileira. Neste período, buscou-se centrar a imagem de nação brasileira na figura do imperador D. Pedro II, empossado antecipadamente aos 15 anos de idade com o Golpe da Maioridade, como uma forma de minimizar os impactos que os movimentos separatistas do período da Regência (1831-1840) haviam deixado. Os esforços para a criação da imagem da nação brasileira foram minados com a Guerra do Paraguai (1864-1870), que serviu de argumento para várias oposições ao Império e para o fortalecimento da idéia de implantação da República no Brasil.

A constituição de uma identidade nacional para o Brasil passou a ser uma idéia aventada por alguns políticos e intelectuais com propósitos republicanos, como é o caso do literato paraense José Veríssimo. Nos primeiros meses da República, Veríssimo trouxe à tona suas preocupações com a debilidade da identidade nacional brasileira, que deveria ser fomentada, segundo ele, principalmente pela instrução (VERISSIMO, 1890).

O mesmo Veríssimo, na solenidade de reinstalação do Museu Paraense de História Natural e Etnografia em 1891, destaca as *inegáveis vantagens de tão útil estabelecimento de educação e recreio para a sociedade paraense* (MUSEU PARAENSE, 1891). Em seu discurso, Veríssimo ressalta que a partir daquela data o Museu passaria a se constituir como “verdadeiro espaço de ciência e educação”, uma vez que o Museu no Império *nem de Museu merecia o nome* (VERISSIMO, 1894-96, p. 6).

Isto nos permite interpretar que, como parte do projeto de implantação da República no ideário da população, as referências ao Império deveriam ser ignoradas ou vistas como obsoletas em relação às vantagens que o regime republicano traria (COSTA, 2007). Embora essa idéia atingisse o Museu Paraense dos tempos de Império, Ferreira Penna foi reconhecido como seu idealizador e fundador, tendo sua única imagem conhecida estampada no segundo volume do primeiro número do *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnographia*, de 1895, acompanhada de uma detalhada biografia escrita por Veríssimo. Além disso, o literato encomendou a modelagem de um busto do amigo Penna, inaugurado no prédio do Museu na Estrada de Nazareth em 1908 (SANJAD, 2005).

Domingos Soares Ferreira Penna, embora não nomeie o atual Museu Paraense Emílio Goeldi, surgido daquele Museu que fundara, tornou-se uma figura emblemática da prática científica realizada na província do Pará ao final do século XIX e das idéias educacionais que circulavam nos discursos oficiais daquele momento histórico.

Um dos aspectos que chama a atenção ao tratarmos da prática das ciências no período destacado é a inexistência de uma atividade científica institucionalizada, ficando as

expedições, relatórios de pesquisa e artigos científicos produzidos localmente a cargo de indivíduos sem instrução formal nas áreas nas quais atuam. Ferreira Penna é um exemplo esclarecedor, visto possuir apenas o ensino secundário completo, mas ainda assim gozando de reconhecimento por suas pesquisas. Em todo o mundo, eram poucos os naturalistas com instrução formal em algum curso superior, não sendo um aspecto propriamente local⁸. Neste contexto, a noção de campo científico discutida por Bourdieu (1983, 2004), na qual indivíduos disputam reconhecimento por seus pares seguindo regras mutáveis estabelecidas pelos próprios cientistas, parece não se aplicar, sendo mais condizente para uma situação na qual ciência e comunidade científica sejam entidades com fronteiras bem delimitadas.

De fato, as obras de Ferreira Penna em etnografia, geografia e arqueologia estavam mais voltadas para o atendimento de necessidades práticas imediatas do que empreendimentos disciplinares pensados para instituir uma área de conhecimento ou mesmo uma comunidade discursiva. Desde seu primeiro relatório, *O Tocantins e o Anapu*, seus objetivos foram claramente os de levantar informações de interesse econômico e político, como as atividades econômicas desenvolvidas pelas populações descritas por Penna, além de dados estatísticos sobre a composição das populações e notícias sobre reivindicações que elas pudessem encaminhar à presidência da província. As pesquisas posteriores de Penna a respeito da arqueologia amazônica, embora não tivessem apelo prático imediato, também era uma forma de conhecer as regiões de estudo para deles extrair informações úteis, como comércio, rotas de navegação e população. O arquipélago do Marajó, no qual Ferreira Penna desenvolveu suas pesquisas arqueológicas, foi alvo de atenção especial por parte de Charles Hartt em sua segunda passagem pela Amazônia (PENNA, 1973), fazendo descrições minuciosas dos sítios arqueológicos existentes na região.

O utilitarismo da ciência praticada na província também repercutiu nas idéias de Ferreira Penna acerca da instrução. Para ele, *seria não só justo mas necessário que nas cidades principais da Província (...) se estabelecessem escolas de ensino, não de línguas, mas de certos conhecimentos úteis, como Aritmética, Álgebra e Geometria, Geografia, História e Horticultura* (PENNA, 1869, p. 2). Tais conhecimentos, teriam um propósito que estava sendo negado aos jovens do interior da província com a organização do sistema de ensino como se apresentava (idem):

⁸ A formação de profissionais nas ciências naturais, no século XIX, parece em muitos casos não ser obtida por meio de uma instituição de ensino superior, sendo antes atribuída a práticas de investigação nos campos do conhecimento correspondentes. Exemplo disso é como Schwarcz (1993, p.84) se refere a Ferreira Penna como principal executor da fundação do Museu Paraense: *Enquanto Ferreira Penna era geógrafo, etnógrafo, além de jornalista e político da região, os demais [membros da Associação Filomática] não possuíam qualquer formação científica.*

Parece-me mal aconselhado o sistema que a respeito do ensino se tem seguido na Província, concentrando-se na capital toda a instrução e deixando-se o interior em total abandono. Abafa-se ou procura-se diminuir a irradiação da luz da inteligência, em vez de deixá-la difundir-se e propagar-se por toda a parte. A concentração do ensino secundário na capital importa o mesmo que negar-se à juventude do interior os meios de instruir-se, porque poucos são os pais que podem suportar as despesas necessárias para terem seus filhos na capital. Desse sistema, até hoje adotado, resulta que milhares de mancebos ficam privados dos conhecimentos precisos para melhor apreciarem a sua terra, de estudar seus recursos para melhor utilizá-los, de conhecer os seus defeitos para melhor corrigi-los. (grifos meus)

O ensino no interior da província deveria atingir os jovens, na opinião de Penna, de modo que fossem capazes de apreciar sua terra, estudar e utilizar seus recursos e corrigir seus defeitos. Essas pretensões guardam semelhanças marcantes com os procedimentos do Ferreira Penna naturalista, que em suas obras busca conhecer com o máximo de detalhes os elementos naturais e sociais das localidades do interior. Interpreto, a partir de tais ponderações, que o ensino, além de sua necessidade na *irradiação da luz da inteligência*, era tido como fonte de conhecimentos práticos para o estudo e o aproveitamento dos recursos naturais do Grão-Pará, papel também atribuído aos empreendimentos em ciências naturais na província.

As idéias de Penna de estimular os jovens a conhecerem elementos de sua realidade se aproximam em grande parte da idéia pedagógica conhecida como método intuitivo ou lições de coisas, difundido no Brasil a partir de 1870. Segundo este método, o estudante deveria conhecer através dos sentidos tudo o que fizesse parte de sua vida cotidiana, sendo um método amplamente aceito pelos defensores de uma instrução efetivamente popular (SCHELBAUER, 2005). A institucionalização das atividades científicas e a valorização de conhecimentos universais em vez de conhecimentos locais marcaram a República, influenciada especialmente pelo pensamento positivista. A perda do caráter utilitário dos conhecimentos científicos e escolares foi reflexo e conseqüência que permanece atualmente nos dois campos, implicando em discussões contemporâneas sobre a validade dos conhecimentos anteriores dos estudantes baseados em suas vivências escolares no aprendizado das ciências (SILVEIRA, 1991, 1992; GOODSON, 2003).

Ainda há de se discutir a relevância da idéia de liberdade de ensino, originada nos Estados Unidos e amplamente difundida no Brasil a partir de 1870. A possibilidade de implantação de diversas instituições de ensino particulares ou públicas abriria margem para experiências pedagógicas diferenciadas, dentre as quais o próprio método intuitivo, ainda

não adotado amplamente nas instituições públicas paraenses de ensino até o final do século XIX. As idéias de Ferreira Penna apontam para os ideais de liberdade de ensino estadunidenses, diferenciando-o dentre aqueles que assumiam a influência européia predominante no Brasil novecentista. Tais idéias foram retomadas a efeito somente com o advento da República, uma vez que o cenário político, econômico e cultural do Império implicava em interesses diferentes (FRANÇA, 2004).

Embora à primeira vista as idéias educacionais de Ferreira Penna possam parecer avançadas para sua época, sendo até atribuídas à iluminação que atingiu com sua prática científica em arqueologia, geografia e etnografia, alguns elementos indiciam forte “tradicionalismo” de sua perspectiva. Baseio esta afirmação em dois aspectos presentes em seus escritos: nos relatórios de viagem às comarcas de Gurupá e Macapá (1874) e ao Marajó (1876), o estado religioso das localidades visitadas foi levado em conta, fazendo referência à existência de paróquias, padres celebrantes e atividades religiosas anuais. Para Ferreira Penna, a preocupação com a formação religiosa cristã das populações era parte da necessidade de iluminar os espíritos através da instrução.

Além disso, suas indicações de leituras para a instrução primária no artigo de 1869 para o provinciano jornal *O Colombo* são: “*A Sciencia do Bom Homem Ricardo*”, que encerra tantas lições úteis de moral e de economia política, e qualquer livro de história pátria (PENNA, 1869, p. 2). Mais uma vez, a idéia de civilização e iluminação perpassam pela formação “moral e cívica” do indivíduo, este devendo atingir o ideal do sujeito iluminista. Embora a formação moral do sujeito também devesse passar pela formação cristã, ao menos no Brasil, não era a espiritualização religiosa do sujeito que interessava aos propósitos iluministas e positivistas de elevação do espírito, por serem ambas as propostas eminentemente materialistas.

Vejam os exemplos de um dos livros sugeridos por Penna como fundamental para a instrução primária. *A Sciencia do Bom Homem Ricardo*, de Benjamim Franklin, é uma obra estadunidense publicada pela primeira vez em português em 1825, que traz várias lições morais na forma de aforismos citados pelo “bom homem Ricardo” em almanaques datados a partir de 1733. As lições são mencionadas pelo personagem denominado pai Abraham, e ouvidas inclusive pelo autor do livro, que reproduz sua fala. Aproveitar o tempo em atividades úteis, os prejuízos da preguiça e do ócio, a honra do trabalho, a importância da economia pessoal e o enriquecimento advindo desta são algumas das lições repassadas por esta cartilha de 16 páginas (FRANKLIN, 1825). O livro era utilizado na década de 1860 como leitura primária em várias províncias do império, como parte das leituras de caráter ideológico-moral sugeridas, sob forte influência da Igreja Católica, juntamente com leituras

de catecismo cristão, manuais de história do Brasil e textos da Constituição do Império (TAMBARA, 2003).

De modo geral, o tradicionalismo que perpassa o pensamento de Penna parece ser o tradicionalismo da intelectualidade brasileira como um todo, apesar da busca do Brasil pela sintonização com os sistemas de pensamento predominantes na Europa. O iluminismo e posteriormente o positivismo, por exemplo, funcionaram no projeto político e cultural francês, sendo difícil aplicar em efetiva prática tais projetos para uma realidade como a do Brasil, que passara de um império escravista e latifundiário a uma república assalariada e de industrialização tardia (COSTA, 2007). Ainda que se buscasse ensinar às camadas populares o que ela “precisasse saber” para conhecer sua realidade desde o ensino primário, somente o ensino secundário prepararia para uma atuação economicamente mais ativa, seja para o ingresso nas universidades e faculdades, seja para a atuação mercantil. Visto que grande parte da população não tinha acesso ao ensino secundário, poucas mudanças efetivas poderiam se esperar na estrutura social a partir das mudanças nos programas de ensino, o que tornava concreto o desejo de manutenção das estruturas sociais mais amplas, apesar da mudança de regime político.

Poderíamos pensar a iluminação dos espíritos como Ferreira Penna entrevê em seu discurso como uma forma do povo não se permitir ser conduzido a esmo por maus políticos em benefício próprio. Porém, ainda assim, seria uma iluminação condicionada pela imobilidade dos meios sociais. Por mais que o ensino e a ciência pudessem constituir as bases *sobre que se apóiam todos os sentimentos nobres do espírito humano* (PENNA, 1869, p. 2), o projeto de civilização e elevação da cultura da nação deveria atingir o povo ao menos retoricamente, pois as aspirações suscitadas pela instrução dificilmente se realizariam para aqueles indivíduos das camadas mais populares.

Neste sentido, o discurso de 1858 do presidente da província João da Silva Carrão à Assembléia Legislativa é significativo, ao se referir às alunas pensionistas do Colégio Nossa Senhora do Amparo, instituição particular feminina de instrução primária:

Assisti a exames de algumas alunas no fim do ano passado, que em geral foram satisfatórios. Mas cumpre reconhecer que notei em algumas pensionistas uma cultura de espírito superior a sua posição social, segundo os nossos costumes, o que lhes sugerirá aspirações que não poderão ser facilmente realizadas. Este inconveniente, que existe em todos os institutos desta ordem, não pode ser corrigido, segundo as máximas de nossas instituições, sem produzir outros maiores, e de piores conseqüências (CARRÃO, 1858, pp. 23-24)

Se os projetos que a intelectualidade brasileira na transição do século XIX ao XX tinha para a educação visavam atingir a todos os indivíduos para lhes civilizar e moralizar, a instrução poderia trazer o inconveniente de uma cultura de espírito superior à posição social de quem nela estivesse envolvido, vislumbrando perspectivas inviáveis para quem fosse da mais baixa renda. Se o espírito podia ser livre, seu vôo era baixo e logo cessaria pela força das limitações sociais, que se mantiveram na transição para a República (COSTA, 2007).

PENSAMENTOS E IDÉIAS ATRAVESSANDO FRONTEIRAS TEMPORAIS

Os projetos da intelectualidade paraense do final do século XIX para a instrução pública e para a ciência pareciam andar de braços dados, compartilhando objetivos em comum. De um lado, o desejo em se estender a instrução a todos os indivíduos de todas as localidades da província, embora ainda houvesse grande distância entre os discursos sobre a urgência em se implementarem projetos neste sentido e a implementação dos projetos em si. De outro, a fundação da Associação Filomática e instalação do Museu Paraense de História Natural e Etnografia, que reuniu em torno de si diversos indivíduos ligados direta ou indiretamente a instituições de ensino e trouxe em seu cerne, nos estatutos da Associação, a intenção instrucional do Museu. Lado a lado, ciência e educação eram investimentos defendidos como necessários para a elevação do espírito intelectual da população e a conseqüente consolidação da identidade nacional a partir do conhecimento e aproveitamento dos recursos locais, diante dos novos tempos que se apresentavam, cujos ventos mais fortes partiam da Europa.

É nessa interseção que o pensamento de Domingos Soares Ferreira Penna se situa. Ele, como homem do seu tempo, reverbera as idéias de uma época em um contexto ao mesmo tempo tão diferente e tão próximo da atualidade. Não está passivo ao que acontece; atua no que lhe é de alcance. Seus feitos e escritos dão indícios do quanto foi personagem central dos processos com os quais esteve envolvido na pesquisa científica e nas críticas e sugestões ao sistema educacional empreendido pelo governo provincial. Não é de forma alguma um pensamento morto, preso ao passado e a ele fadado. É, pelo contrário, um pensamento dinâmico, que chega a nós com o vigor das discussões até hoje realizadas em torno dos papéis sociais da educação e da ciência, da qualidade do ensino, do ensino de qualidade, do caráter utilitário das práticas científicas, da não naturalidade (e sim constituição histórica) da legitimidade científica que nos chega tão segura e incontestável, entre outras possibilidades.

Se este trabalho tem algo a contribuir com esses e outros debates, que sirva principalmente de contribuição ao pensamento dos docentes da educação básica, em especial das áreas de ciências naturais, muitas vezes reduzidos a reprodutores das “verdades” de suas áreas de conhecimento. Que possa levantar nestes homens e mulheres algum interesse a respeito das práticas científicas desenvolvidas no atual estado do Pará no século XIX, quando se pensa, de forma genérica, que a história do Pará desse período se resume aos movimentos políticos da Cabanagem. Penso que tais discussões, se adequadas ao âmbito das salas de aula, podem redimensionar, em longo prazo, várias práticas de

ensino, flexibilizando as até então rígidas fronteiras disciplinares que separam a História dos demais campos do conhecimento.

A escola, até hoje espaço de divulgação do conhecimento científico, sempre foi cercada de discursos sobre como sua melhoria seria benéfica à nação como um todo. Porém, além dos discursos que não tomam forma na prática, os conhecimentos escolares parecem encontrar grande distância dos conhecimentos científicos, e ambos encontram grande distância da vida cotidiana dos estudantes da educação básica e superior. Ferreira Penna pensava a educação como elemento indispensável para o estudo e aproveitamento dos recursos naturais, baseados nas ciências naturais então praticadas. A discussão sobre o caráter prático e utilitário da ciência e da educação ainda são ponto central de discussão por parte de cientistas, professores e estudantes, por conta da “prestação de contas” que a ciência deveria ter com a sociedade, discussão que ainda tem dividido opiniões.

As relações entre conhecimento científico e conhecimento escolar são relevantes no sentido em que se apresentam como contingentes e históricas, isto é, associadas aos contextos sociais que lhes são próprios. O caráter utilitário do conhecimento escolar voltado para as ciências era difundido no século XIX por meio de iniciativas pedagógicas como a *Science of Common Things*, ou ciência das coisas comuns adotada na Inglaterra⁹. Prática muito semelhante à lição de coisas vigente no currículo de algumas instituições de ensino brasileiras. As principais semelhanças situam-se na ênfase em análises sensoriais dos objetos de estudo, isto é, conhecer através da visão e do tato, além da busca por objetos de estudo próximos da realidade dos estudantes. Porém, no caso inglês, após alguns anos de supressão nos currículos das escolas primárias, o ensino de ciências retorna com feição de saber acadêmico mais universal e abstrato. Tais mudanças atendiam ao propósito de limitar o acesso das camadas populares, a um tipo de saber com o qual lidavam com maior desenvoltura que as classes economicamente abastadas, tal como se pode depreender do excerto de um relatório resultante de uma comissão parlamentar da Associação Britânica para o Avanço da Ciência, em 1860, presidida por Lord Wrottesley. A reunião visava o estabelecimento de uma educação científica mais adequada aos interesses da Associação, uma vez que o modelo então predominante, baseado na “Ciência das Coisas Comuns”, tornava-se preocupante à medida que permitia aos estudantes de classes sociais inferiores a capacidade de raciocínio, o que não era acompanhado pelas classes superiores. Wrottesley argumentava a favor destas mudanças baseado em um exemplo:

⁹ O capítulo 7 do livro de Goodson (2003) traz discussões consistentes acerca deste modelo de ensino de ciências e de sua transição a um modelo baseado em conhecimentos acadêmicos.

... mancando, um menino pobre adiantou-se para dar sua resposta. Coxo e corcunda, rosto pálido e macilento, era nítida nele uma história de pobreza, com suas conseqüências... Mas ele deu resposta tão lúcida e inteligente, que nas pessoas brotou um duplo sentimento: admiração, face aos talentos do menino; vexame, porque em alguém da mais baixa das classes inferiores fora encontrada, quanto a assuntos de interesse geral, mais informação do que em gente que, socialmente, era de classe muito superior. (...) Situação nociva e perversa seria esta de uma sociedade em que pessoas relativamente desprovidas das benesses da natureza fossem, quanto à capacidade intelectual, geralmente superiores aos que, socialmente, estão acima delas (apud GOODSON, 2003, p. 26)

Por sua vez, o sistema educacional brasileiro adotou as ciências como disciplina curricular de forma mais efetiva a partir de 1890. O caráter acadêmico já estava embutido na disciplina desde sua implantação, embora inicialmente restrita ao ensino secundário (VECCHIA, 2005). No ensino primário, a lição de coisas permanecia no currículo, voltado para o conhecimento de elementos cotidianos aos estudantes, como chegou a propor Veríssimo (1890) em sua defesa da educação nacional.

Ferreira Penna, ao defender o ensino de conhecimentos locais aos estudantes primários residentes no interior da província paraense, está sintonizado com uma das idéias correntes em seu período. Se a ciência, tal qual a que ele realizava, deveria servir a interesses práticos, a educação, em sua opinião, teria que seguir rumo semelhante. Para iluminar os espíritos, na opinião de Penna, seriam imprescindíveis conhecimentos práticos e cotidianos, além de História.

Vemos assim, que apesar da distância temporal que separa Ferreira Penna de nosso presente, as idéias por ele defendidas seguem ressoando nas discussões atuais acerca do caráter do conhecimento científico a ser ofertado aos estudantes e alertam-nos para a relevância da pesquisa histórica para compreensão de nossas heranças culturais, acadêmicas que ainda hoje constituem nossa forma de pensar e agir, também, na educação científica.

BIBLIOGRAFIA

Fontes

DISCURSO da abertura da sessão extraordinária da Assembleia Legislativa Provincial do Pará em 7 de Abril de 1858 pelo presidente Dr. João da Silva Carrão. Pará, Typ. Do Diario do Commercio, impresso por J. J. de Sá.

DISCURSO pronunciado por José Veríssimo, director geral da Instrução Pública, perante o governador do estado, capitão-tenente Bacelar Pinto Guedes, por ocasião de se inaugurar o museu, restaurado em 13 de maio de 1891. In: *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia*, nº. 1, vol.1, 1894, pp. 5-8.

FALLA dirigida a Assembleia Legislativa da Província do Pará na Segunda Sessão da XI Legislatura pelo Ismo. Sr. Tenente-Coronel Manoel de Frias e Vasconcellos, presidente da mesma Província, em 1 de outubro de 1859. Pará, Typ. Commercial de A.J.R. Guimarães.

MUSEU PARAENSE DE HISTÓRIA NATURAL E ETNOGRAPHIA. Termo de Reinstalação Solene do Museu Paraense. 13 de maio de 1891, à rua de São João. Belém, Pará, 180 p.

PENNA, Domingos Soares Ferreira. *O Tocantins e o Anapu*. Relatorio do Secretario da Provincia. Pará, Typ. de Frederico Rhossard, 1864.

PENNA, Domingos Soares Ferreira. A Instrução na Província no Pará. *O Colombo*. Belém, 13 de maio de 1869, p. 2.

PENNA, Domingos Soares Ferreira. Notícia Geral das Comarcas de Gurupá e Macapá. 1874. In: PENNA, Domingos Soares Ferreira. *Obras completas de Domingos Soares Ferreira Penna*. vol. 2. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973 (Coleção Cultura Paraense Inácio Moura).

PENNA, Domingos Soares Ferreira. A Ilha de Marajó. 1876. In: PENNA, Domingos Soares Ferreira. *Obras completas de Domingos Soares Ferreira Penna*. vol. 2. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973 (Coleção Cultura Paraense Inácio Moura).

VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. Pará: Tavares Cardoso e Cia., 1890.

VERÍSSIMO, José. D. S. Ferreira Penna: notícia sobre a sua vida e trabalhos. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia*, n. 1, v. 2, 1895, pp. 57-74. In: PENNA, Domingos Soares Ferreira. *Obras completas de Domingos Soares Ferreira Penna*. vol. 1. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973. (Coleção Cultura Paraense Inácio Moura).

Referências

AGASSIZ, Luís (Louis) e AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil (1865-1866)*. Brasília: Senado Federal, 2000.

ALVES, Ana Maria de Alencar. *Redutos da ciência na 'era dos museus': Inglaterra, França, Estados Unidos e Brasil*. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, 2005a.

ALVES, José Jerônimo de Alencar. O cientificismo da França para a Amazônia. O positivismo de Lauro Sodré. In: ALVES, José Jerônimo de Alencar (org.). *Múltiplas faces da história das ciências na Amazônia*. Belém: UFPA, 2005b, p. 61-76.

ARBOLEDA, Luis Carlos. A ciência e o ideal de ascensão social dos crioulos no vice-reinado de Nova Granada. In: Figueirôa, Silvia F. de M (Org.). *Um olhar sobre o passado: história das ciências na América Latina*. Campinas: UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000, p.121-152.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 4. ed. Brasília: UnB, 1963.

BASALLA, George. The spread of western science. *Science*, 156: 611-622, 1967.

BASTOS, Maria Helena Camara. O ensino monitoral/mútuo no Brasil (1827-1854). In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Camara. *Histórias e memórias da educação no Brasil. Vol. II – século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2005, pp. 34-51.

- BATES, Henry Walter. *Um naturalista no Rio Amazonas*. São Paulo: EDUSP, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: BOURDIEU, Pierre; ORTIZ, Renato; FERNANDES, Florestan (Coord.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004.
- BORDIEU, Pierre. Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe. In: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BUENO, Belmira. O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade. *Educação e Pesquisa*. v. 28, n. 1, janeiro-junho de 2002.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 8. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CRISPINO, Luís Carlos Bassalo (Org.) ; BASSALO, José Maria Filardo (Org.) ; ALENCAR, Paulo de Tarso Santos (Org.) ; BECKMANN, Clodoaldo Fernando Ribeiro (Org.) . *Julio Cezar Ribeiro de Souza - Memórias sobre a Navegação Aérea*. 1. ed. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 2003.
- CRISPINO, Luís Carlos Bassalo; BASTOS, Vera Burlamaqui; TOLEDO, Peter Mann. *As origens do Museu Paraense Emílio Goeldi: aspectos históricos e iconográficos (1860-1921)*. Belém: Paka-Tatu, 2006.
- CUNHA, Osvaldo Rodrigues da. Domingos Soares Ferreira Penna: uma análise de sua vida e sua obra. In: PENNA, Domingos Soares Ferreira. *Obras completas de Domingos Soares Ferreira Penna*. vol. 1. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973, p. 11-41 (Coleção Cultura Paraense Inácio Moura).
- CUNHA, Osvaldo Rodrigues da. *Talento e atitude: estudos biográficos do Museu Emílio Goeldi, I*. Belém: PR/SCT/CNPq, 1989 (Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira).

DANTES, Maria Amélia Mascarenhas. Uma história institucional das ciências no Brasil. In: DANTES, Maria Amélia Mascarenhas (org.). *Espaços da ciência no Brasil: 1800-1930*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

DAOU, Ana Maria. *A belle époque amazônica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERRAROTTI, Franco. Sobre a autonomia do método biográfico. In: NÓVOA, António; FINGER, Matthias (orgs.). *O método (auto)biográfico e a formação*. Lisboa: Departamento de Recursos Humanos/Ministério da Saúde/Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, 1988, pp. 17-34.

FIGUEIRÔA, Sílvia. *As Ciências Geológicas no Brasil: uma história social e institucional (1975-1934)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FIGUEIRÔA, Sílvia. A propósito dos estudos biográficos na história das ciências e das tecnologias. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. v. 4, ano IV, n. 3, julho/agosto/setembro de 2007.

FISCHER, Beatriz T. Daudt. Foucault e histórias de vida: aproximações e que tais... In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (org.). *A aventura (auto)biográfica: teoria e empiria*. Porto Alegre: EDPUCRS, 2004, pp. 143-161.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza A. de. *Raízes históricas do ensino secundário na Província do Grão-Pará: o Liceu Paraense (1840-1889)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Campinas: UNICAMP, 1997.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza A. de. *José Veríssimo (1857-1916) e a educação brasileira republicana: raízes da renovação escolar conservadora*. Tese (Doutorado em Educação). Campinas: UNICAMP, 2004.

FREITAS, Marcus Vinícius de. *Charles Frederick Hartt: um naturalista no Império de D. Pedro II*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

GAMA, Ruy. (org.). *Ciência e Técnica: antologia de textos históricos*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1992.

GIL-PÉREZ, Daniel; MONTORO, Isabel; ALÍS, José; CACHAPUZ, Antonio; PRAIA, João. Para uma imagem não deformada do trabalho científico. *Ciência e Educação*. São Paulo, v. 7, n. 2, 2001, p. 125-153.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GONÇALVES, Terezinha Valim Oliver. *Ensino de Ciências e Matemática e formação de professores: marcas da diferença*. Tese (Doutorado em Educação). Campinas: UNICAMP, 2000.

GOODSON, Ivor T. *Currículo: teoria e história*. 6.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. A Amazônia sob olhares evolucionistas: a ciência no Museu Paraense (1894-1914). In: ALVES, José Jerônimo de Alencar (org.). *Múltiplas Faces da História das Ciências na Amazônia*. Belém: UFPA, 2005, p. 103-134.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. O Decreto de Leôncio de Carvalho e os Pareceres de Rui Barbosa em debate – A criação da escola para o povo no Brasil no século XIX. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Camara. *Histórias e memórias da educação no Brasil. Vol. II – século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2005, pp. 91-103.

MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira. História da Ciência: objetos, métodos e problemas. *Ciência & Educação*, v. 11, n. 2, p. 305-317, 2005.

MARTINS, Lilian Al-Chueyr. Pereira & BRITO, Ana Paula O. P. Moraes. A História da Ciência e o ensino da Genética e Evolução no nível médio: um estudo de caso In: SILVA, Cibele Celestino (org.). *Estudos de História e Filosofia das Ciências: subsídios para aplicação no ensino*. São Paulo: Livraria da Física, 2006, p. 245-264.

MARTINS, Roberto de Andrade. A História das Ciências e seus usos na Educação. In: SILVA, Cibele Celestino. (org.). *Estudos de História e Filosofia das Ciências: subsídios para aplicação no ensino*. São Paulo: Livraria da Física, 2006, p. XVII – XXX.

PENNA, Domingos Soares Ferreira. *Obras completas de Domingos Soares Ferreira Penna*. vols. 1 e 2. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973. (Coleção Cultura Paraense Inácio Moura).

SALDAÑA, Juan José. Ciência e identidade cultural: a história da ciência na América Latina. In: FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. (org.). *Um olhar sobre o passado: história das ciências na América Latina*. Campinas: UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000, pp. 11-31.

SANJAD, Nelson. *A coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República, 1866-1907*. Tese (Doutorado em História das Ciências) – Fundação Oswaldo Cruz - Rio de Janeiro, 2005.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2000.

SCHELBAUER, Anaete Regina. O método intuitivo e lições de coisas no Brasil do século XIX. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Camara. *Histórias e memórias da educação no Brasil. Vol. II – século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2005, pp. 132-149.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional; Rio de Janeiro: Financiadora de Estudos e Projetos, 1979.

SILVEIRA, Fernando Lang da. A Filosofia da Ciência de Karl Popper e suas implicações no Ensino da Ciência. In: MOREIRA, M.A. e AXT, R. (orgs.). *Tópicos em Ensino de Ciências*. Porto Alegre: Sagra, 1991.

SILVEIRA, Fernando Lang da. A Filosofia da Ciência e o ensino de Ciências. *Em aberto*. ano 11, n. 55, pp. 36-41, jul/set. 1992.

STEPAN, Nancy. *Gênese e evolução da ciência brasileira: Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.

STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Camara. *Histórias e memórias da educação no Brasil. Vol. II – século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2005.

TAMBARA, Elomar. Livros de leitura nas escolas de ensino primário no século XIX no Brasil. *26ª Reunião Anual da ANPEd*, 2003 (GT 02 – História da Educação).

VECCHIA, Ariclê. O ensino secundário no século XIX: instruindo as elites. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Camara. *Histórias e memórias da educação no Brasil. Vol. II – século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2005, pp. 78-90.

VECCHIA, Ariclê. O plano de estudos das escolas públicas elementares na Província do Paraná: ler e escrever, para Deus e o Estado. *Revista Brasileira de História da Educação*. n. 7, janeiro/junho de 2004.

ANEXOS

Anexo 1 – Estatutos da Associação Filomática, publicados no *Jornal do Amazonas*, Belém, quinta-feira, 20 de setembro de 1866, p. 2 (ortografia e formatação adaptadas)

A pedido

MUSEU PARAENSE

A comissão provisória, encarregada de redigir os estatutos da associação filomática, segundo as bases que lhe foram presentes, resolveu em sessão do 1º do corrente adotar o seguinte:

Art. 1º - Fica organizada uma associação com o título de *Associação Filomática*, a qual tem por fim:

§1º Fundar e manter nesta cidade de Belém do Grão-Pará, um Museu de história natural e de artefatos indígenas que se denominará *Museu Paraense*.

§2º Instituir nesse estabelecimento para instrução popular, lições de geografia, hidrografia, etnografia e história do Brasil, e especialmente da Província do Pará, e preleções sobre a história natural.

§3º Criar no mesmo estabelecimento uma biblioteca, a qual deve constar principalmente de obras relativas aos assuntos, de que trata o parágrafo antecedente.

Art. 2º - A associação será composta de membros efetivos e honorários.

Art. 3º - Serão membros efetivos os que auxiliarem ao estabelecimento com uma quota anual, sendo no primeiro ano 25\$000 e em cada um dos seguintes 12\$000.

Art. 4º - Poderão ser membros honorários:

§1º As pessoas que dentro ou fora do império, dirigirem estabelecimentos literários ou científicos.

§2º As que forem reconhecidamente distintas por seu saber e por seus escritos.

§3º As que fizerem ao Museu Paraense donativos valiosos, entendendo-se por tais, os artefatos indígenas e os objetos de história natural que tenham merecimento, quer por suas espécies, variedades e número, quer pela sua raridade.

§4º As que doarem à biblioteca do Museu, pelo menos dez volumes de livros de merecimento para as ciências e letras.

Art. 5º - Podem ser membros efetivos e honorários tanto os brasileiros quanto os estrangeiros, uma vez que satisfaçam ao disposto nos artigos 3º ou 4º, segundo a classe em que se quiserem alistar.

Art. 6º - O Museu será regido por uma comissão diretora, composta de um presidente, um secretário, um tesoureiro e de seis comissários, sendo todos eleitos anualmente.

Art. 7º - São atribuições do presidente:

§1º Presidir a assembléia dos consócios no dia de sua reunião anual, e as sessões da comissão diretora.

§2º Fazer executar as deliberações tomadas pela mesma assembléia, e pela comissão.

§3º Nomear porteiro e inspetores do Museu.

§4º Mandar proceder a quaisquer obras e serviços que forem precisos para melhoramento do estabelecimento.

§5º Corresponder-se com as autoridades da província e com os diretores de institutos científicos e literários, e de quaisquer museus nacionais ou estrangeiros, podendo com estes, permutar os objetos que o Museu Paraense tiver em demasia ou em triplicata, por outros que não possua.

§6º Apresentar à assembléia dos consócios no dia de sua reunião um relatório circunstanciado da receita e despesa efetuadas, do estado do estabelecimento, dos serviços feitos ou a fazer, e das medidas úteis que forem precisas para melhoramento do instituto.

Art. 8º - As atribuições do secretário são:

§1º Redigir e fazer escrever e registrar as atas das sessões da assembléia e da comissão diretora e toda a correspondência oficial.

§2º Fazer escriturar todos os artigos da receita e despesa, lavrar contratos de obras do estabelecimento.

§3º Inscrever os nomes dos membros da associação, quer efetivos, quer honorários, em livros especiais.

§4º Assinar com o presidente a correspondência com as autoridades e com os diretores de estabelecimentos científicos ou literários.

§5º Corresponder-se com os secretários dos ditos estabelecimentos, sempre que não for preciso ser isso feito pelo presidente.

Art. 9º - Compete ao tesoureiro:

§1º Receber e dar quitação às anuidades dos consócios e qualquer outra soma que entre para o cofre do Museu.

§2º Pagar ao porteiro e mais empregados do estabelecimento e as contas de obras executadas, guardando os documentos justificativos, sendo o pagamento efetuado depois do *visto* do presidente lançado nas mesmas contas.

§3º Ter em boa guarda as quantias que entrarem para o cofre.

§4º Apresentar em cada mês à comissão um balancete do cofre e em cada ano um balanço geral.

Art. 10 - Cada um dos comissários fará por escala, que o presidente designará no princípio de cada ano, um mês de serviço no estabelecimento em cada um dos dois semestres do ano.

Art. 11 - Ao comissário em serviço compete:

§1º Mandar abrir o Museu em todos os domingos e quintas-feiras, exceto os dias de festas nacionais e religiosas.

§2º Regular os trabalhos do porteiro e inspetores de modo a não ser prejudicado ou mal feito o serviço interno, fazendo responsabilizar os empregados pelas faltas que cometerem.

§3º Fazer colocar nos competentes lugares os livros e artigos doados ao Museu.

§4º Dar aos visitantes as explicações que pedirem sobre qualquer artefato ou objeto exposto.

Art. 12 - No dia que for designado para a inauguração da associação, os seus membros reunidos aclamarão um presidente provisório, e em seguida procederão à eleição da comissão diretora de que trata o art. 6º.

Art. 13 - Esta eleição será feita em globo, votando cada eleitor em um dos membros efetivos para presidente, em outro para secretário e em sete outros para comissários, ficando eleitos os que obtiverem maior número de votos.

Art. 14 - A comissão eleita nessa ocasião funcionará durante todo o ano de 1867, que será o primeiro ano social.

Art. 15 - No primeiro domingo do segundo ano e no dos seguintes, os membros efetivos reunidos em assembléia, logo depois de ouvirem a leitura do relatório da comissão diretora procederão em primeiro lugar à eleição de uma comissão de exame, composta de cinco membros, que não pertençam à diretoria, para tomar contas a esta, e depois à eleição da nova comissão diretora, a qual tomará logo posse; e feito isso ficarão suspensos os trabalhos por 15 dias.

Art. 16 - Terminado este prazo de 15 dias e reunidos de novo os consócios, a comissão de exame apresentará seu parecer, o qual entrará logo em discussão e será votado no mesmo dia, não sendo permitido a nenhum membro falar e discutir senão duas vezes e isto em termos precisos e com os documentos e provas que tiverem de apresentar.

Em seguida à discussão e votação do parecer a nova comissão diretora elegerá dentre si um tesoureiro, o qual servirá sob a responsabilidade de cada um dos membros da comissão.

Art. 17 - Os trabalhos da assembléia e da comissão de exame reunidos consistirão em conhecer o estado do estabelecimento, deliberar sobre o que convém fazer para melhorá-lo, tomar contas à comissão diretora e eleger nova comissão ou reeleger toda ou somente parte da antecedente.

Art. 18 - No primeiro domingo de cada mês haverá reunião dos membros da comissão diretora, podendo o respectivo presidente convocar uma sessão extraordinária, quando disso houver necessidade.

Art. 19 - A comissão diretora é competente para admitir como membros efetivos ou honorários todas as pessoas de bom conceito e distintas que quiserem fazer parte da associação.

Art. 20 - O presidente e o secretário da comissão serão em suas faltas e impedimentos, substituídos pelos seus imediatos em votos, com tanto que estes imediatos não tenham tido menos de uma 5ª parte dos votos obtidos pelos eleitos.

Na falta de imediatos o presidente será substituído pelo membro mais idoso e o secretário pelo mais moço.

Art. 21 - O presidente não será considerado reeleito se não obtiver dois terços dos votos da assembléia. Não sendo ele assim reeleito, proceder-se-á a nova eleição, sendo eleito o que tiver maioria absoluta de votos; e se nenhum a tiver, procederá a novo escrutínio entre os dois membros mais votados inclusive o presidente, se este entrar nesse número, sendo eleito o que mais voto obtiver. Se cada um dos dois obtiver igual número de votos, decidirá a sorte.

Art. 22 - Os artigos que entrarem para o Museu serão classificados segundo a ordem, gêneros ou espécie a que pertencerem.

Em cada triênio se publicará um catálogo destes artigos para uso dos membros da associação e das pessoas que visitarem o estabelecimento, devendo cada objeto conter o nome da pessoa, que o tiver oferecido ao Museu e o do lugar de sua procedência e outros quaisquer esclarecimentos.

Art. 23 - O Museu e a biblioteca serão franqueados às pessoas que se apresentarem convenientemente trajadas, e se lhes fornecerá tudo o que for preciso para tomarem notas sobre os assuntos que quiserem consultar.

Art. 24 - É totalmente vedada a saída de qualquer livro, mapa, quadro ou manuscrito para fora do estabelecimento e tocar-se em qualquer objeto de história natural ou artefato indígena.

Aos naturalistas, porém, e em geral a homens científicos será permitido estudar e analisar a sua vontade esses objetos, designando-se para isso horas extraordinárias ou dias em que o Museu não esteja aberto ao público.

Art. 25 - A quota de 25\$000 de que trata o art. 3º será paga ao tesoureiro da comissão até o oitavo dia depois da admissão do consócio e a de 12\$000 será em cada ano paga por prestações trimestrais adiantadas na razão de 3\$000 cada uma.

Art. 26 - Cada um dos consócios, efetivos ou honorários, se obrigará por sua palavra perante a assembléia ou comissão diretora a promover por todos os meios a seu alcance o interesse e progresso do estabelecimento, que é o objeto [objetivo] da associação.

O consócio que por qualquer motivo não puder comparecer pessoalmente para empenhar sua palavra em bem da associação, deverá fazê-lo por escrito e ninguém será reconhecido membro da associação sem primeiro cumprir aquela formalidade.

Art. 27 - Quando qualquer membro efetivo da associação seguir para fora do império ou para outras províncias, onde haja Museus e estabelecimentos científicos ou literários com que se corresponda a comissão diretora, esta o recomendará aos chefes ou diretores desses estabelecimentos, para que lhe sejam franqueados e facilitados os meios de visitá-los com a maior liberdade possível.

Se esse membro efetivo tiver bem servido na comissão diretora por mais de seis meses, além da recomendação especial de que trata este artigo, a comissão pedirá ao governo da província sua proteção e recomendações oficiais em benefício do mesmo consócio.

Art. 28 - As lições de que trata o § 2º do art. 1º começarão, pelo menos, do 2º ano da associação em diante, podendo lecionar indistintamente nacionais ou estrangeiros, uma vez que tenham as precisas habilitações.

Fica entendido que nestas habilitações se compreende a autorização dada pelo governo da província.

Belém do Pará, 14 de setembro de 1866

Dr. Américo Marques de Santa Rosa

Dr. José Ferreira Cantão

Padre Felix Vicente de Leão

Francisco Acacio Corrêa

Antonio Nicolau Monteiro Baena

José de Carvalho Serzedello

José Antonio Affonso

Domingos Soares Ferreira Penna

Anexo 2 – PENNA, Domingos Soares Ferreira. A Instrução na Província do Pará. O Colombo. Belém, 13 de maio de 1869, p. 2. (adaptado do original disponível no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, RJ)

A Instrução na Província do Pará

Julgamos que não será sem interesse inserirmos aqui o seguinte trecho de uma memória apresentada em 1868 ao governo da Província, memória que ainda não foi publicada, mas que já está no prelo. (esse parágrafo é seu? Se for não está claro)

Publicamos este trecho com a devida autorização, ei-lo:

Fora da capital da Província não há estabelecimento algum de ensino público ou particular, em que a infância e a juventude possam adquirir uma instrução qualquer, além da que provém de escolas primárias.

A instrução que se lhes dá no interior, mesmo nas mais notáveis povoações, como Óbidos, Santarém, Cametá e Bragança, é bem pouca coisa.

Aprende-se a ler e a escrever, decora-se os primeiros rudimentos de gramática e mistura-se tudo isso com um pouco de aritmética que as mais das vezes o professor pouco mais sabe do que o discípulo.

O povo não tem instrução alguma; toda a instrução literária dalguns dele provém da leitura de periódicos políticos, principalmente daqueles onde primam cotidianamente os insultos e descomposturas aos homens honestos e à autoridade, e de romances de que os bons costumes e a moral fogem assustados.

Parece-me mal aconselhado o sistema que a respeito do ensino se tem seguido na Província, concentrando-se na capital toda a instrução e deixando-se o interior em total abandono.

Abafa-se ou procura-se diminuir a irradiação da luz da inteligência, em vez de deixá-la difundir-se e propagar-se por toda a parte.

A concentração do ensino secundário na capital importa o mesmo que negar-se à juventude do interior os meios de instruir-se, porque poucos são os pais que podem suportar as despesas necessárias para terem seus filhos na capital.

Desse sistema, até hoje adotado, resulta que milhares de mancebos ficam privados dos conhecimentos precisos para melhor apreciarem a sua terra, de estudar seus recursos para melhor utilizá-los, de conhecer os seus defeitos para melhor corrigi-los.

Como é sabido, não há progresso nem civilização, nem religião verdadeira, nem espírito público onde ao povo falta a instrução que é a base sobre que se apóiam todos os sentimentos nobres do espírito humano.

Um povo sem instrução é um rebanho que obedece a vara do pastor que, se o protege contra os lobos, também lhe aproveita a lã e que, quando lhe parece, o conduz ao leilão; mas esse rebanho converte-se também facilmente em lobos para devorar ao pastor a quem a sua ignorância atribui a falta de pasto ou a peste que o persegue.

Parece-me que seria não só justo mas necessário que nas cidades principais da Província, já citadas, se estabelecessem escolas de ensino, não de línguas, mas de certos conhecimentos úteis, como Aritmética, Álgebra e Geometria, Geografia, História e Horticultura.

Penso ser escusado demonstrar a utilidade do ensino destas matérias que por si sós formam uma base para o estudo doutras que os alunos tenham de estudar depois.

Sei que nas escolas primárias se dá lições de aritmética; mas penso que o ensino desta matéria devia ser banido dessas escolas, ao menos na capital onde os alunos podiam estudá-la no Colégio Paraense.

Nas cidades e vilas do interior onde há duas escolas de ensino primário, podia um dos professores ter a seu cargo exclusivamente o ensino de primeiras letras e o outro das demais matérias, como aritmética e gramática portuguesa.

Nas escolas, como no Colégio Paraense, têm sido adotados numerosos folhetos, quer como compêndio, quer como simples livros de leitura. Até já houve um Vice-Presidente que mandou comprar para uso das escolas o “Almanack de Maranhão”!

Em três escolas do interior achei os alunos com livros de leitura diferentes. Pode ser que não haja grande inconveniente nisso; mas me parece que seria mil vezes mais útil que as únicas leituras a admitir-se nas escolas primárias fossem: “A Ciência do Bom Homem Ricardo”, que encerra tantas lições úteis de moral e de economia política, e qualquer livro de história pátria.

Eu desejava ver estabelecida em todo o Império a liberdade de ensino em todos os seus graus, sob a única condição de capacidade moral e intelectual bem comprovada nos professores ou diretores de escolas ou colégio, a fim de que esta nobre liberdade não degenerasse em licença ou especulação prejudicial aos bons costumes.

Esta idéia, que começa apenas a ser aventada no país, ofende ainda os preconceitos e prejuízos de que estão cheias muitas cabeças, mesmo de homens instruídos, ao mesmo tempo que, sem consciência ou fundamentos querem outros dar-lhe uma latitude capaz de matá-la em seu berço.

Estes pecam por inexperientes, e aquele por sedentários. Entre os extremos é que está a verdadeira liberdade.

Os nossos hábitos, é força confessar, não se prestam muito às idéias e sobretudo à iniciativa de progresso.

O povo não dá um passo para seu adiantamento e civilização; não se caminha sem que o governo lhe diga: Marche! Não pensa nem julga; obedece. Nada faz porque espera que o governo faça tudo, ou, pelo menos, lhe diga o que deve fazer. O governo por sua parte tem muito em [ilegível] e por tanto pouco faz. Temos o governo que merecemos; não podíamos ter outro porque é do nosso seio que ele saiu.

O remédio para este mal moral, a alavanca que tem de remover do caminho o rochedo que impede a nossa marcha, é a instrução do povo. Esta instrução porém será sempre ineficaz enquanto subsistir entre nós exclusivamente como um ramo de administração, ou repartição pública com empregados encarregados pelo governo de distribuir diplomas de inteligência às crianças e aos rapazes.

Se temos procurado imitar em tantas coisas os estrangeiros, por que não havemos de adotar o que há de mais útil nos Estados Unidos, por exemplo, de que tanto se fala – a liberdade de ensino?

Procura-se imitar, inveja-se e exalta-se mesmo tudo quanto se faz nessa República, e em outros países e entretanto não se cuida de introduzir no nosso aquela instituição que é a legítima base da grandeza e prosperidade do povo americano.

F. Penna.